



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS II
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**A Importância da Organização da Sociedade Civil como Alicerce das
Estratégias de Enfrentamento do Problema da Segurança Pública no
Brasil**

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2023

MATHEUS PEREIRA DE SOUZA

A Importância da Organização da Sociedade Civil como Alicerce das Estratégias de Enfrentamento do Problema da Segurança Pública no Brasil

Trabalho apresentado ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa, como exigência da disciplina CIS 454 – Trabalho de Conclusão de Curso II e como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Marcelo Ottoni Durante

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2023

MATHEUS PEREIRA DE SOUZA

A Importância da Organização da Sociedade Civil como Alicerce das Estratégias de Enfrentamento do Problema da Segurança Pública no Brasil

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa, como exigência da disciplina CIS 454 – Trabalho de Conclusão de Curso II e como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Marcelo Ottoni Durante

Prof. Marcelo Ottoni Durante - Orientador
(UFV)

Professor
(UFV)

Professor
(UFV)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e aos meus pais que me deram a vida, possibilitando assim minha jornada neste plano. Agradeço a mim mesmo, por ter persistido e ter sabido lidar com os empecilhos que surgiram ao longo do percurso mas que não impediram a continuidade de minha trajetória para que fosse concluída essa etapa. Agradeço à minha companheira, Silvia Gabrielle, por ter me prestado apoio nos momentos pessoais e profissionais quando necessário e aos meus gatos, que alegam meus dias.

Agradeço imensamente ao Professor Dr. Marcelo Ottoni Durante que, com toda sua qualificação e excelência, por meio de sua notória empatia, se dedicou para me auxiliar e me preparar para além do contexto universitário, transmitindo ensinamentos e vivências que me enriqueceram pessoalmente e profissionalmente, corroborando para o meu desenvolvimento.

E ao Ministério da Justiça, por ter disponibilizado os dados necessários para que pudesse ser desenvolvido os estudos e, assim, por meio dos resultados aqui apresentados, tive a oportunidade de colaborar com o debate acerca da segurança pública brasileira e os mecanismos viáveis para mitigação dos inúmeros problemas existentes.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo identificar o impacto da sociedade civil organizada como fator auxiliar às forças de segurança pública no controle da incidência da criminalidade e violência. Estruturamos nosso trabalho em duas frentes de pesquisa: primeiro, vamos analisar o impacto da presença e atuação das forças de segurança em uma vizinhança sobre a presença de capital social e da eficácia coletiva nesta mesma vizinhança e, segundo, vamos analisar o impacto da sociedade civil organizada, juntamente à atuação da polícia, em especial a Polícia Militar, sobre a presença de violência e criminalidade na vizinhança. Tal abordagem caminha na contramão do policiamento ostensivo e repressivo estruturalmente presente em nosso país, aproximando-se do policiamento comunitário, do policiamento orientado ao problema e do policiamento orientado pela inteligência. Essas três maneiras de gerir as questões da segurança pública são fundamentadas em uma maior valorização da sociedade por parte das instituições policiais, operando como um agente auxiliar capaz de exercer um controle social informal agregando efetividade, eficácia e eficiência ao controle da conduta criminoso.

A análise se deu através de regressões logísticas binárias executadas no software IBM SPSS a partir dos dados coletados pela Pesquisa Nacional de Vitimização, realizada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, em 2013. Para mensurar o capital social, trabalhamos com a percepção dos residentes sobre a cooperação e coesão entre vizinhos, enquanto que referente à eficácia coletiva, avaliamos a cooperação entre os moradores para tomarem providências a respeito da violência e delinquências ocorrendo na vizinhança. As vitimizações aqui trabalhadas consistem nas vitimizações e criminalidades presentes na vizinhança tais como destruição de equipamentos públicos, tráfico de drogas, porte desautorizado de arma de fogo, violência doméstica contra mulher, violência sexual, agressões, assalto, assassinato, policiais recebendo dinheiro de pessoas e por fim, policiais agredindo ou ameaçando civis.

Os resultados das análises empreendidas indicaram que as regiões onde há atuação ou presença da polícia, assim como a boa qualidade dos serviços prestados pelas forças de segurança, oferecem mais chances de haver organização da sociedade, em especial o capital social. A organização da sociedade demonstrou ser capaz de mitigar os problemas de segurança pública, mas amparada pelas ações da polícia. Por fim, verificamos que a atuação da polícia, por ser majoritariamente orientada por um paradigma reativo, não consegue ter um impacto direto efetivo na redução da criminalidade em sentido amplo.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Presença de capital social em função do porte municipal	20
Tabela 2 - Presença de capital social em função da UF	21
Tabela 3 - Chances de haver capital social em função do contato com a polícia e a qualidade dos serviços prestados	23
Tabela 4 - Chances de haver capital social em função da opinião das pessoas sobre a polícia	24
Tabela 5 - Chances de haver capital social em função da presença e atuação da Polícia na vizinhança	26
Tabela 6 - Presença de Eficácia Coletiva em função do porte municipal	28
Tabela 7 - Presença de Eficácia Coletiva em função da UF	29
Tabela 8 - Chances de haver Eficácia Coletiva em função do contato com a polícia e a qualidade dos serviços prestados	30
Tabela 9 - Chances de haver Eficácia Coletiva em função da opinião das pessoas sobre a polícia	32
Tabela 10 - Chances de haver Eficácia Coletiva em função da presença e atuação da Polícia na vizinhança	33
Tabela 11 - Fatores determinantes dos crimes de relevância social	38
Tabela 12 - Fatores determinantes dos crimes contra a mulher	39
Tabela 13 - Fatores determinantes dos crimes de desordens	40

SUMÁRIO

RESUMO	5
INTRODUÇÃO	8
OBJETIVOS	16
MATERIAL E METODOLOGIA	17
IMPACTO DA ATUAÇÃO DA POLÍCIA SOBRE A PRESENÇA DE CAPITAL SOCIAL	20
Contato Estabelecido com a Polícia	22
Opinião sobre Qualidade Atuação Polícia (independente do contato)	24
Viu a Presença e Atuação da Polícia na Vizinhança	25
Conclusão	26
IMPACTO DA ATUAÇÃO DA POLÍCIA SOBRE A PRESENÇA DE EFICÁCIA COLETIVA	28
Contato Estabelecido com a Polícia	30
Opinião sobre a Qualidade da Atuação da Polícia (independente do contato)	31
Viu a Presença e Atuação da Polícia	33
Conclusão	34
IMPACTO DA AÇÃO DA POLÍCIA E ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE NA INCIDÊNCIA DA CRIMINALIDADE E DESORDEM	36
Crimes de Relevância Social	36
Violência contra Mulher	38
Desordens Sociais	40
CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44
ANEXOS	45
Resultado das Regressões Logísticas para Avaliar o Impacto da presença e atuação da polícia sobre as chances de haver organização social na vizinhança (capital social e eficácia coletiva) em distintos contextos de incidência de violência.....	45
Resultado das Regressões Logísticas para Avaliar o Impacto da presença e atuação da polícia sobre as chances de haver organização social na vizinhança (capital social e eficácia coletiva) em distintos contextos de incidência de desordens sociais	50
Resultado das Regressões Logísticas para Avaliar o Impacto da presença e atuação da polícia sobre as chances de haver organização social na vizinhança (capital social e eficácia coletiva) em distintos contextos de incidência de desordens ambientais	56
Resultado das Regressões Logísticas para Avaliar o Impacto da presença e atuação da polícia e da sociedade civil organizada sobre as chances de haver crimes e desordens na vizinhança	61

INTRODUÇÃO

Em diversas regiões do mundo, quando se observa ao longo dos anos o funcionamento das forças de segurança pública no que tange o combate à criminalidade, temos que, com exceção das forças policiais desenvolvidas especialmente sem influência da militarização - casos por exemplo de países como Japão e Inglaterra-, em sua grande maioria os agentes de segurança são instruídos ao combate da violência e criminalidade por meios repressivos ou responsivos. No contexto brasileiro, esses métodos são amplamente empregados sem resultados verdadeiramente efetivos, já que nesse cenário a polícia sempre inicia os trabalhos em desvantagem, funcionando majoritariamente como um agente remediador - um remédio anti-térmico atua na febre e não na causa da febre.

Diante deste contexto de ausência de resultados, estudos têm sido elaborados sobre essa temática buscando entender novas formas operacionais das forças de segurança pública no Brasil e no mundo, não apenas com o objetivo de mitigar a criminalidade e a violência por meios não ostensivos integralmente, mas também com o intuito de compreender as funções sociais plausíveis de serem desempenhadas por agentes da segurança pública, assim como o papel da sociedade civil como um agente auxiliar de controle social informal na segurança local e quais os benefícios dessa simbiose.

Ao longo dos anos, desenvolveram-se alternativas às estratégias repressivas de enfrentamento do problema da segurança pública, em que se destacam três movimentos ocorridos a partir dos anos de 1970, especialmente nos EUA: o policiamento orientado ao problema, o policiamento comunitário e o policiamento orientado pela inteligência. Estes modelos, por se tratar de iniciativas que incluíram a participação de civis nas ações de segurança pública em algum momento, refletem a evolução das perspectivas de estratégia da atuação policial pautada pelos resultados positivos alcançados e a evolução do desenvolvimento científico criminológico. SKOGAN, W. em seu trabalho *‘Community Policing: Can it work?’* já citava os debates existentes dentro da polícia estadunidense na década de 1980 da seguinte maneira:

“Proponents think police should deal with batches of related problems after thinking about them systematically, rather than just driving quickly to the scene of each call and taking report.[...] Rather than drive around keeping visible, proponents think these officers should be walking on foot, talking with residents, attending neighborhood meetings, and using the computers in their cars to keep abreast of crime trends in their small assigned beats. Most of all, they believe police should take responsibility for a neighborhood rather than just drive anywhere the computer at the 911 center decides to send. Proponents also think that police must tackle head-on some of the difficult social disorder issues of our time, and that they should take the lead in coordinating action on the physical decay that blights the face of too many American neighborhoods.”(SKOGAN, W., pág.2, *Community Policing: Can it work?*)

Nessa abordagem, destaca-se a defesa da ideia de que as estruturas policiais mais “socializadas” dentro das forças de segurança apresentam uma modificação positiva na conduta policial em relação ao combate ao crime, que está diretamente associada a aproximação e envolvimento dos agentes de segurança pública com os cidadãos da comunidade. Além disso, faz-se perceptível também a ideia de que a participação ativa dos civis no controle social informal em suas regiões residenciais se mostra como fator diferencial para que os resultados sejam positivos por meio dessas novas formas organizacionais da polícia.

Tais alternativas já vêm sendo incrementadas no combate à criminalidade no Brasil, país em que a violência e a vitimização estão presentes no cotidiano das pessoas em diversas formas de manifestação. Este horizonte de análise se agrava ainda mais quando observamos especialmente a criminalidade violenta, indicando que essa vitimização em especial é um dos aspectos mais desafiadores no que diz respeito à segurança pública no país. A título de análise, apesar de o Brasil ter apresentado uma queda nas taxas de MVI (Mortes Violentas Intencionais) nos últimos anos (2018-2021), os índices e dados sobre homicídios no país equiparam-se a áreas deflagradas por guerras. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP, o Brasil contabilizou, em 2020, 50.448 e em 2021, 47.503 MVI, indicando respectivamente uma média de 23,8 e 22,3 de MVI para cada 100 mil habitantes. Já os roubos contra transeuntes atingiram um total de 521.099 vitimizações em 2020 e 485.444 vitimizações em 2021, sendo cerca de 258,9 e 239,4 roubos para cada 100 mil habitantes, respectivamente. Entende-se portanto, que a conjuntura atual pede medidas urgentes de contenção à violência.

Historicamente, o Brasil tem buscado enfrentar esta crise através do incremento do policiamento armado nas ruas. No país, quando se fala em investimento e aperfeiçoamento na segurança pública, logo se pensa em aumentar o efetivo de policiais, adquirir um número significativo de novas viaturas e buscar equipamentos bélicos com novas tecnologias que incrementam o seu grau de letalidade. Entretanto, a reincidência da violência no país expõe de forma clara os fracos resultados alcançados por esta estratégia guiada apenas pela ótica reativa e belicista. Muito em função disso, como relatamos anteriormente, vem ganhando espaço o debate sobre as alternativas viáveis para se executar as ações de segurança pública na realidade brasileira não baseadas unicamente no comportamento ostensivo ou meramente responsivo dos

agentes de segurança, valorizando a aproximação entre os policiais e comunidade e delegando em alguns casos funções a civis.

Um exemplo deste tipo de iniciativa é o projeto “rede de vizinhos protegidos” promovido pelas Polícias Militares de boa parte das Unidades da Federação, que assim como nos demais programas alternativos de segurança pública no país, tem como norte algumas práticas do policiamento comunitário. Estas bases, apesar de serem amplas, devem ser entendidas mais como um princípio de estrutura organizacional e menos como práticas corriqueiras de policiamento, como destaca SKOGAN, W.: *‘at root, however, community policing is not defined by a list of particular activities but rather by strategic organizational adaptation to a changing environment. ibid’*. E por essa ótica, as readaptações promovidas por algumas forças de segurança no Brasil caminham na direção de se aperfeiçoarem a partir de uma circunstância do ambiente, em que a participação ou não de civis pode impactar diretamente na incidência de crimes e da violência numa região da cidade.

Esse processo ressignificativo dos modelos de policiamento caminhou de maneira paralela às novas percepções produzidas pelas ciências humanas atinentes à compreensão sobre o papel da sociedade civil na construção da segurança pública. No início do século XX, o que ficou conhecida posteriormente como “Escola de Chicago”, promoveu um conjunto de estudos sobre como a urbanização e os espaços territoriais moldavam o comportamento dos indivíduos, impactando fortemente a criminologia nas décadas seguintes e tendo como principal referência o livro *The City*, escrito por Robert Park, em 1925. Contrapondo-se a modelos clássicos – positivistas – que buscavam identificar nos indivíduos as características determinantes da conduta criminosa, os estudos da Escola de Chicago marcam o surgimento de uma perspectiva que ressalta os aspectos ecológicos como um elemento a mais na formação da conduta dos indivíduos, como destacam Braulio Silva e Frederico Couto Marinho:

“O trabalho de Wirth (1938) constitui o marco referencial da sociologia urbana, entendendo o urbanismo como uma teoria normativa das formas urbanas. O espaço urbano intervirá sempre, de um lado ou de outro, na medida em que ele funciona como elemento estabilizador e regulador e ao reforçar os sentimentos de pertencimento ao meio local, favorecendo, assim, as relações sociais e servindo de base a diferentes maneiras de controle social.”pág 60 (Urbanismo, desorganização social e criminalidade - Crime, polícia e Justiça no Brasil.)

Uma das abordagens mais importantes desenvolvida pela Escola de Chicago no que tange à urbanização e organização social é a teoria das *zonas concêntricas*. Essa análise estruturava em formato anelar a distribuição da cidade, dividindo-a de forma dicotômica em zonas sociais centro-periferia, sendo que cada região possui suas particularidades culturais e comportamentais e em vista disso, as atitudes dos indivíduos estavam associadas mais à sua

origem de pertencimento residencial do que por questões particulares. Identificar estas condições de formação social passa a ser um dos grandes objetivos desses estudiosos, a exemplo das descobertas de Shaw e McKay em 1942, que utilizaram dessa análise para desenvolver uma teoria sobre criminalidade juvenil a partir da observação de dados históricos, como indica Bráulio Silva e Frederico Marinho:

“Shaw e McKay concluíram que deveria haver algum fator contextual nesses ‘lugares’ que conduzia a essa estabilidade do crime e da delinquência, muito além das características associadas aos indivíduos. De fato, as comunidades pobres, também caracterizadas por uma elevada concentração de imigrantes, falhavam em consolidar um padrão comportamental normativo em decorrência da grande heterogeneidade social. Em adição, devido à alta mobilidade residencial características dessas áreas, o estabelecimento de laços sociais ficava prejudicado e impedia o exercício de mecanismos informais de controle social. Assim, as características estruturais desses lugares e o comportamento desviante tornam-se elementos constituintes de um ambiente socialmente desorganizado.” (ibid. SILVA e MARINHO. 2014)

Nesse sentido, ganha destaque a abordagem sobre *desorganização social*. Essa teoria desenvolvida por Clifford Shaw e Henry McKay parte do pressuposto que aspectos intra-urbanos, tais como áreas com problemas relacionados à infraestrutura urbana, precariedade na situação socioeconômica da população residente e elevada mudança populacional, destacavam-se por seus altos níveis de criminalidade e delinquência. Essas características, ao afetarem a interação social e a organização comunitária, promovem uma rede de relações sociais frágeis na comunidade com impacto direto sobre a conduta dos indivíduos que ali residem. Dessa forma, entende-se que evitar toda essa deterioração dos tecidos sociais seria crucial para efetivação da ordem social local, sendo que a participação civil como ator fundamental no controle do seu próprio território e não apenas como fonte de informação foi uma das maiores contribuições da Escola de Chicago.

No Brasil, as iniciativas participativas na segurança pública tiveram início na década de 1980, no movimento em torno da redemocratização. Nesse processo de distanciamento da estrutura policial militarizada, ganham destaque no país duas iniciativas de participação civil na segurança pública: a criação dos conselhos comunitários de segurança e a proposta de reforma das polícias a partir do modelo de policiamento comunitário. Essa influência dura até o início dos anos 1990, época em que ressurgem um novo conservadorismo nas metodologias de policiamento no Brasil e, em função disso, há uma diminuição dos debates sobre a participação civil na segurança. Porém, a partir dos anos 2000 essas discussões voltam a ter mais força, tornando-se objetos de políticas públicas. Vale destacar ainda o I Plano Nacional de Segurança Pública, que marca o início de uma ação mais propositiva por parte do governo federal nesta área, promovendo uma reestruturação institucional em algumas organizações visando

desenvolver uma conduta de “polícia cidadã”, que é desse mesmo ano. Entretanto, apesar dos aparentes avanços à época, as ações participativas propriamente ditas frequentemente não eram realizadas, como pontua Letícia Godinho:

“Não obstante, quando cotejamos (*sic*) as diferentes experiências estaduais, municipais e federais, sua trajetória de desenvolvimento não se apresenta linear, tampouco homogênea; ademais de sua criação, em um volume expressivo de casos, não avança para além dos discursos e documentos oficiais.” pág 451. *Letícia Godinho - Participação e segurança pública (Crime, Polícia e Justiça no Brasil.*

Esta perspectiva onde os membros de determinada comunidade fazem uso de suas interações e vínculos sociais e as combinam com ações de atores públicos para benefício coletivo local é recente no Brasil, mas já vem sendo observada anteriormente de maneira empírica e teórica em outras regiões do planeta, com destaque para os estudos realizados por Robert David Putnam na Itália na segunda metade do Séc. XX. O Capital Social, diferentemente da visão bourdieusiana, é um conceito trabalhado por Putnam na busca de compreender como esse fator impacta na vida vicinal das pessoas, sendo mais propenso a existir em vizinhanças/regiões onde as pessoas possuem tradicionalmente uma conduta civil mais participativa e compartilham interesses e valores semelhantes, facilitando assim o desenvolvimento de laços sociais como confiança mútua e solidariedade, capazes de fortalecer e ampliar esse tipo de capital e fortalecer ações locais coordenadas.

“Assim como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse (...). Por exemplo, um grupo cujos membros demonstrem confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro grupo que careça de confiabilidade e confiança (...). Numa comunidade rural (...) onde um agricultor ajuda o outro a enfadar o seu feno e onde os implementos agrícolas são reciprocamente emprestados, o capital social permite a cada agricultor realizar o seu trabalho com menos capital físico sob a forma de utensílios e equipamento.” *Putnam, R. (Comunidade e democracia uma experiência com na Itália moderna. pág. 190)*

É importante salientar, porém, que o conceito de capital social não se confunde com a interação desprestenciosa entre membros de uma determinada comunidade. O capital social tem um potencial a ser explorado de forma objetiva pelos membros da comunidade que o possui. Uma síntese da delimitação conceitual do *capital social* pode ser obtida através do apontamento de Zaluar e Ribeiro, que dizem:

“Esclarecendo o aglomerado de conceitos, a sociabilidade — entendida como a interação pela interação sem finalidades — e a confiança entre pessoas que habitam o mesmo local trazem efeitos não esperados para os que delas participam, tais como mais diversão, mais bem-estar, melhor saúde. O capital social, por sua vez, tem finalidades pragmáticas, na medida em que pode ser usado para alcançar objetivos individuais, tais como emprego, vaga em hospital público, vigilância sobre sua casa e seus filhos na vizinhança ou conquista de bens políticos e simbólicos. Faz parte do que também se denomina lógica instrumental, porque baseada em cálculo, articulada à lógica da reciprocidade ou da dádiva. Quando os

objetivos são coletivos, a confiança adquirida na sociabilidade precisa da capacidade de mobilização e organização dentro da rede, o que integra ainda mais o cálculo à reciprocidade. Ou seja, a sociabilidade é o substrato a partir do qual se constitui ou não o capital social.” (ZALUAR e RIBEIRO. 2009)

A ativação desse capital social por parte da comunidade para melhorias locais e controle da criminalidade, violência e desordens sociais foi referenciada por Sampson como “eficácia coletiva”. Abarcando aspectos de coesão social e confiança mútua (a parte coletiva do conceito) com expectativas do compartilhamento de responsabilidades para a execução do controle (que compreende a dimensão de eficácia), a eficácia coletiva se apresentou como um conceito capaz de captar a relação direta entre vínculos sociais fortalecidos por cooperação mútua e uma maior propensão a participação civil intervindo nos problemas locais. Entretanto, para que a eficácia coletiva possa se traduzir em controle do crime, ela dependerá, em grande medida, também de um relacionamento de confiança com outros atores do ambiente externos da vizinhança. No presente estudo, buscou-se compreender como as forças de segurança pública no Brasil interferem sobre estes fenômenos de organização da sociedade civil.

Acresce que estas conceituações considerando o capital social e a eficácia coletiva como um fator relevante para a contenção dos indicadores de criminalidade retratam estudos que tiveram suas origens na América do Norte e Europa, contextos sociais que diferem da realidade social brasileira. Estudos etnográficos conduzidos por Alba Zaluar e Ana Paula Alves Ribeiro nas favelas do Rio de Janeiro explicam, por exemplo, o paradoxo entre a criminalidade e a *eficácia coletiva*. Apesar de o *capital social* e a mobilização comunitária com finalidades coletivas possuírem altos índices nas favelas cariocas quando em comparação com demais regiões do Rio de Janeiro, a violência e a sensação de insegurança também se apresentam como traços marcantes destas regiões. Dessa forma, apesar de haver um “estoque” considerável de capital social nas favelas cariocas, as autoras argumentam que sua operacionalização transformando-o em eficácia coletiva é inviabilizada na medida em que o contexto criminal oprime a sua aplicação prática.

Outro fator que merece ser destacado como constrangedor da formação de capital social e eficácia coletiva é o medo do crime. Segundo a literatura especializada, por volta de 1960 o “medo do crime”, também conceituado como “sensação de insegurança”, passou a se tornar objeto de interesse sociológico. Sendo essa percepção entendida como uma reação emocional negativa em relação à possibilidade de uma pessoa sofrer vitimização de um evento criminal, sendo violento ou não. Essa manifestação do medo tem se tornado uma crescente na sociedade brasileira desde 1980, como já pontuava Sérgio Adorno na década de 1990:

“Desde o início da década passada, parece ter se acentuado o sentimento de medo e insegurança diante da violência e do crime. Qualquer cidadão, independentemente de suas origens ou de suas características étnicas, de gênero, geração, riqueza ou poder sentiu-se ameaçado e inseguro diante do futuro de seu patrimônio pessoal, em especial quanto à proteção de seu bem mais precioso – sua vida.” (ADORNO, 1999)

Dessa forma, constata-se que assim como a violência e a criminalidade, o medo do crime interfere na vida das pessoas, gerando uma série de alterações comportamentais no cotidiano do indivíduo e nas interações entre as pessoas da vizinhança, impossibilitando ou limitando a capacidade de que em determinada comunidade se desenvolva o capital social, como bem apresentaram Zaluar e Ribeiro (2009). Essa sensação de insegurança, nas palavras de Gláucio Soares, “é muito alta no Brasil, o suficiente para ser considerada uma questão de saúde mental pública” (SOARES, 2008).

Ainda segundo Soares, frequentemente o medo do crime/sensação de insegurança são ampliadas a partir da presença ou não de incivildades em determinada região, sendo que a correlação entre gravidade do crime e nível de sensação de insegurança é alta. Nesse caso, essa relação se formaria em função da deterioração local a partir da presença de moradores de rua, pichações, casas abandonadas ou terrenos baldios, presença de pessoas alcoolizadas e/ou dependentes químicos nas ruas, negligência com a limpeza pública, corrupção policial, crimes violentos, etc. e, por conta disso, promoveria nos residentes e frequentadores uma atmosfera de abandono público que os deixaria inseguros naquele ambiente por associarem essas características à vulnerabilidade em sua segurança pessoal, acarretando assim numa rede pequena ou praticamente inexistente de interações sociais e limitando o desenvolvimento da coesão social local.

Acresce, desta forma, que por si mesma, a sensação de insegurança é um problema digno de atenção, pois ela pode promover diversos transtornos aos indivíduos para além da reação emocional negativa como bem apontaram Bráulio Figueiredo e Cláudio Beato Filho em *Ecologia social do medo: avaliando a associação entre contexto de bairro e medo de crime*:

O medo do crime leva as pessoas a evitarem lugares públicos ou determinadas ruas. Trata-se de um fenômeno social que reduz contatos interpessoais, ou até mesmo induz os residentes a se mudarem dos seus bairros. No extremo, o medo do crime pode ter um efeito considerável na economia local de uma comunidade, levando a oferta de serviços e emprego para outras localidades consideradas mais seguras (SKOGAN; MAXFIEL, 1981).

Desta forma, é importante que a abordagem da segurança pública abarque estratégias visando, não apenas o controle das desordens e da criminalidade, mas também mitigar os efeitos da presença da sensação de insegurança a fins de permitir que o capital social das comunidades não seja deteriorado, uma vez que este pode se constituir como um ativo relevante

das comunidades para o enfrentamento de problemas cotidianos, já que o controle social informal, aquele executado por integrantes da vizinhança com foco na segurança da comunidade, por vezes é inviabilizado pelo próprio medo do crime (ou sensação de insegurança) compartilhado pelas pessoas.

Em que pese o intento de buscar alternativas não repressivas para o trato da segurança pública e considerando os parâmetros básicos para a utilização do capital social das comunidades neste contexto, é portanto necessário ponderar sobre os limites dessa abordagem. Dando início à elaboração das nossas hipóteses, trazemos aqui o seguinte questionamento: para que as alternativas que se valem da sociabilidade comunitária possam ser empregadas, existe a possibilidade de, antes, ser necessário uma etapa que envolva o trabalho policial para promover a contenção de crimes mais violentos e subsidiar a construção de uma atmosfera de maior sensação de segurança aos indivíduos, os colocando, então, em condições de confiar uns nos outros e de efetuar a construção de seu capital social e da sua eficácia coletiva.

Historicamente a segurança pública, no Brasil, tem sido conduzida dando primazia ao nível estadual, possuindo um forte viés repressivo. Desta forma, o dia a dia da segurança pública traduz-se em operações pontuais visando respostas de curto prazo para questões momentâneas ou em policiamento ostensivo, que seria uma forma de policiamento preventivo, uma vez que este reduz as oportunidades de atuação de ação dos indivíduos estimulados. Entretanto, cabe ressaltar que este aspecto de prevenção não abarca as ações focadas no combate às condições que efetivamente promovem o estímulo dos indivíduos ao cometimento de crimes. Assim, mesmo em seu aspecto preventivo, as políticas de segurança tendem a possuir um forte viés repressivo, uma vez que se baseiam fundamentalmente na exibição da capacidade em aplicar a força.

O policiamento ostensivo executado pela Polícia Militar é atualmente a atividade policial mais comumente percebida pela população em geral. A ostensividade visa justamente atingir a percepção visual da população, buscando promover maior sensação de segurança aos cidadãos e gerando efeito dissuasório sobre potenciais criminosos. Por possuir esse contato mais próximo com as comunidades, a Polícia Militar acaba por adentrar na vida das comunidades de forma mais profunda podendo produzir efeitos positivos, tais como a sensação de segurança. Ao analisar o contexto do Distrito Federal, por exemplo, Arthur Costa e Marcelo Durante pontuam que:

“A análise dos impactos destes fatores [policiamento em viatura ou moto e policiamento a pé] no medo dos indivíduos confirma nossa expectativa de que as pessoas que percebem a

presença de policiamento nas vias públicas da vizinhança, especialmente a pé, sentem menos medo” (COSTA e DURANTE. 2019)

Neste contexto, o policiamento ostensivo se apresenta portanto como ferramenta duplamente relevante, na medida em que afeta a sensação de segurança pela via do efeito psicológico gerado nos indivíduos e pela via do combate à criminalidade em si ao viabilizar a organização da sociedade, que possui ingerência negativa na sensação de segurança. Desta forma, é de alta relevância que se compreenda melhor os impactos potenciais e limitações da atuação das forças de segurança, em especial o policiamento ostensivo, na produção do capital social e eficácia coletiva das comunidades.

OBJETIVOS

Este trabalho tem seus objetivos estruturados em torno da articulação entre, de um lado, a criminalidade e a violência na região residencial enquanto manifestações da situação da segurança pública e, do outro lado, a atuação da polícia e da comunidade, representando distintos modelos ou perspectivas de solução deste problema social. Neste contexto, temos dois objetivos:

- Avaliar os fatores condicionantes da organização da sociedade na forma da presença de capital social e eficácia coletiva, destacando aspectos relativos à atuação das forças de segurança pública, como a presença da polícia, as atividades executadas pela polícia e a qualidade da relação entre polícia e comunidade.
- Avaliar os impactos isolados e combinados da presença e qualidade da atuação da polícia e da organização da sociedade (capital social e eficácia coletiva) sobre a incidência da criminalidade na vizinhança.

A partir destes objetivos e seguindo os parâmetros estabelecidos pela discussão teórica realizada acima, estruturamos nossas hipóteses da seguinte forma:

(1) a organização da sociedade civil (capital social e/ou eficácia coletiva) é mais forte nos contextos vicinais onde a polícia está mais presente, atua mais e atua de forma qualificada e

(2) a combinação entre a presença da sociedade civil organizada (capital social e/ou eficácia coletiva) e um bom trabalho da polícia leva às melhores situações em termos de controle da incidência criminal.

MATERIAL E METODOLOGIA

A análise foi efetivada através de regressões logísticas binárias executadas no software IBM SPSS a partir dos dados coletados pela Pesquisa Nacional de Vitimização, realizada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, em 2013, realizando aproximadamente 78.000 entrevistas para alcançar uma representatividade em âmbito nacional. Apesar de perdermos a liberdade de construirmos a nossa própria forma de abordagem do assunto pesquisado, ganhamos na nossa capacidade de generalização dos resultados do nosso trabalho.

O questionário aplicado na Pesquisa Nacional de Vitimização (2013) viabilizou a elaboração de um diagnóstico amplo sobre: a incidência do crime, fatores ambientais como desordens e incivildades, a deterioração da estrutura pública, a presença de interações sociais basilares para o desenvolvimento de capital social e eficácia coletiva, e a presença, atuação e qualidade da atuação da polícia. Desta forma, cabe ressaltar que a pesquisa atende amplamente nossas necessidades no sentido da realização das nossas análises.

Elaboramos índices para mensurar a presença de cada forma de interação social (capital social percepção coletiva e eficácia coletiva) a partir de uma escala *likert*. Para medirmos a presença de capital social, mensuramos a opinião das pessoas sobre o caráter das relações que estas julgam existir entre os moradores da vizinhança. As questões trabalhadas foram: A) As pessoas daqui são dispostas ajudar seus vizinhos, B) As pessoas nesta vizinhança são muito unidas, C) Pode-se confiar nas pessoas nesta vizinhança, D) Em geral, as pessoas nesta vizinhança não se dão bem umas com as outras, E) Em geral, as pessoas nesta vizinhança não compartilham os mesmos interesses, objetivos e valores. As respostas destas questões foram agregadas gerando um índice de *percepção do capital social*.

No tocante à eficácia coletiva, foram utilizadas as questões disponíveis para avaliar a cooperação vicinal para controle de crimes e delinquências praticadas na região residencial. As questões trabalhadas foram *Pensando na sua vizinhança, o(a) Sr(a) diria que pode contar com seus vizinhos para tomar alguma providência se*: A) Observar jovens matando aula e ficando a toa na rua, B) Observar jovens depredando prédios, C) Observar jovens faltando com respeito a um adulto, D) Observar uma briga que começou na frente da sua casa, E) Observar jovens envolvidos com atividades ilegais. A partir do somatório destas questões geramos um índice da presença de eficácia coletiva.

No tocante a presença, atuação e qualidade da atuação da Polícia Militar, trabalhamos com as seguintes informações:

- Grau de confiança na Polícia Militar;
- Opinião sobre a qualidade do trabalho realizado pela Polícia Militar nas seguintes dimensões: Punição dos policiais com mau comportamento, Rapidez e qualidade no atendimento emergencial, Abordagem policial em Blitz, revista pessoal, Apresentação pessoal dos policiais como a maneira de se vestir e falar, Proteção dos direitos das pessoas e Trabalho na organização, no ordenamento do trânsito;
- Opinião sobre a qualidade da conduta dos Policiais Militares nas seguintes dimensões: Os Policiais Militares sabem como agir em situações de risco e perigo, Os Policiais Militares atendem as pessoas com cortesia, rapidez e segurança, Os Policiais Militares abordam suspeitos de forma segura e dentro da lei, Os Policiais Militares não estão preparados para usar armas de fogo, Os Policiais Militares abusam do uso da força e de sua autoridade, Os Policiais Militares fazem “vista grossa” à desonestidade de seus colegas e Os Policiais Militares são preconceituosos quando abordam as pessoas na rua;
- Estabelecimento de contato com a polícia (pedido de informação, primeiros socorros, acidente de trânsito, intervenção em crime, comunicação de crime, blitz e revista pessoal) e qualidade do contato estabelecido nas seguintes dimensões: Os policiais foram educados, corteses, prestativos, interessados e respeitaram seus direitos, Os policiais foram aproveitadores, oportunistas, relaxados, displicentes, Os policiais agiram dentro da lei, Os policiais foram preconceituosos, Os policiais foram rápidos, Os policiais foram violentos / agressivos;
- Presença de Policiais Militares nas Vias Públicas da Vizinhança
- Uso do 190 levando em conta as seguintes dimensões: Fez uso ou não e Se fez uso, qualidade do atendimento recebido;
- Vitimização pela polícia em função de ameaças, agressão e extorsão;
- Enxergou a atuação da polícia Militar na vizinhança envolvendo as seguintes dimensões: Apreensão de armas, drogas ou contrabandos, Enfrentamento armado entre a polícia e o tráfico, gangues, facções criminosas e milícias, Revistas de veículos, Revistas pessoais, Perseguição policial, Atuação da polícia em crimes que estavam acontecendo e Pessoas sendo presas.

No tocante a presença na vizinhança de desordens, incivildades, violências e da criminalidade elaboramos índices trabalhando com as seguintes informações:

- Desordens divididas em ambientais e desordens praticadas por pessoas. No tocante às desordens praticadas, temos a Presença na vizinhança de: Vendedores ambulantes,

camelôs na rua, Flanelinhas ou guardadores de carro, Pessoas vivendo ou dormindo na rua, Pessoas se prostituindo nas ruas, Pessoas jogando ou apostando dinheiro em jogos como jogo do bicho, briga de galo, carteado, Pessoas pedindo esmolas ou outro tipo de ajuda na rua, Pessoas fazendo xixi ou cocô na rua, Pessoas praticando atos obscenos ou indecentes na rua, Pessoas fazendo arruaça e Uso e tráfico de drogas

- Desordens ambientais em termos da Presença na vizinhança de: Prédios, casas ou galpões abandonados, Carros abandonados, arrebentados ou desmontados nas ruas, Terrenos ou lotes vagos cheios de lixo e entulho ou com mato alto, cercados ou não, Barulhos de tiros, Cheiros desagradáveis e Ruídos, música alta e gritaria
- Criminalidade em termos da Presença na Vizinhança de: Pessoas andando com arma de fogo na rua que não fossem policiais ou seguranças 'legais' ou 'autorizados, Mulheres, que residem na sua vizinhança, sendo agredidas por seus maridos ou companheiros ou por parentes, Pessoas do sexo feminino sendo vítimas de violência sexual, Pessoas do sexo masculino sendo vítimas de violência sexual, Pessoas se agredindo fisicamente, Pessoas sendo assaltadas, Pessoas sendo mortas por arma de fogo, Policiais recebendo dinheiro de pessoas e Policiais ameaçando ou agredindo pessoas.

A operacionalização da análise das duas hipóteses estipuladas exigiu a articulação de dois esforços distintos. Primeiro, realizamos regressões logísticas binárias para analisar os impactos da presença, atuação e qualidade da atuação da Polícia Militar sobre a organização da sociedade em termos da presença de capital social e da eficácia coletiva. Segundo, realizamos regressões logísticas binárias para analisar os impactos da organização da sociedade civil (capital social e eficácia coletiva) e da presença, atuação e qualidade da atuação da Polícia sobre a presença da criminalidade.

IMPACTO DA ATUAÇÃO DA POLÍCIA SOBRE A PRESENÇA DE CAPITAL SOCIAL

Apresentamos abaixo os impactos da atuação da polícia sobre a presença de capital social na comunidade e tendo como variáveis de controle a presença de violência e desordens na comunidade. Nossa hipótese de que a presença da polícia facilitaria a organização social teve como fundamento o fato de que a presença da criminalidade inibiria a organização da sociedade. Desta forma, esperamos identificar que nos contextos de elevada criminalidade e desordem o impacto da polícia facilitando a organização da sociedade seria maior.

Resta destacar ainda que, visando ter o máximo de clareza possível sobre a influência da atuação e presença da polícia sobre a organização da sociedade, trabalhamos com três dimensões distintas:

(1)contato estabelecido pela pessoa com a polícia: poucos estabelecem este tipo de contato, sendo que, segundo a pesquisa, apenas 29,9% usaram o atendimento emergencial (190) em toda sua vida, 30,9% estabeleceram algum tipo de contato com a polícia nos últimos 12 meses e 13% foi vítima de violência policial em toda sua vida.

(2)opinião sobre a qualidade da atuação da polícia e sobre a conduta dos policiais: toda a população (100%) tem sua opinião a respeito da atuação da polícia e dos policiais.

(3)viu a presença ou atuação da polícia na vizinhança: 53,6% da população viu a atuação da polícia na vizinhança e 68,5% viu a presença de policiais militares nas vias públicas da vizinhança praticando o policiamento ostensivo.

Antes de dar início a nossa análise dos fatores determinantes da presença de capital social numa vizinhança, vamos fazer uma breve análise sobre a presença do capital social no Brasil e suas regiões. Este conhecimento sobre a incidência e distribuição espacial do capital social nos permitirá compreender melhor os resultados de nossas análises sobre seus fatores determinantes em termos da presença e atuação da polícia. Nas colunas de 2 a 6 da Tabela 1, podemos ver o percentual de pessoas que concordam com as respectivas afirmações do enunciado a partir do porte do município. Na coluna 7, constata-se a partir do índice de capital social gerado, o total de capital social existente na vizinhança em função do tamanho do município.

Tabela 1 - Presença de capital social em função do porte municipal

LOCALIZAÇÃO MUNICÍPIO	Pessoas daqui estão dispostas a ajudar seus vizinhos	Pessoas nesta vizinhança são muito unidas	Pode-se confiar nas pessoas nesta vizinhança	Pessoas nesta vizinhança não se dão bem umas com as outras	Pessoas nesta vizinhança não compartilham mesmos interesses, objetivos e valores	Presença Capital Social
--------------------------	--	---	---	--	--	-------------------------------

CAPITAL	74,1%	59,1%	66,5%	34,5%	47,8%	47,9%
REG. METROPOLITANA	73,4%	60,4%	66,5%	31,5%	45,7%	48,2%
INTERIOR	79,3%	69,2%	74,2%	26,8%	41,1%	54,0%
BRASIL	76,4%	64,1%	70,1%	30,3%	44,2%	50,8%

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (2013) - Senasp/MJ

No Brasil, 76,4% da população consideram que as pessoas da vizinhança estão dispostas a ajudar seus vizinhos, 64,1% consideram que são pessoas muito unidas, 70,1% acredita que se pode confiar nas pessoas e apenas 30,3% consideram que os vizinhos não se dão bem uns com os outros e 44,2% consideram que os vizinhos não compartilham os mesmos interesses, objetivos e valores. Nas colunas de 2 a 6 da Tabela 2, podemos ver o percentual de pessoas que concordam com as respectivas afirmações do enunciado a partir da UF em que reside. Na coluna 7, constata-se a partir do índice de capital social gerado, o total de capital social existente em cada estado, assim como o total nacional.

Tabela 2 - Presença de capital social em função da UF

UF	Pessoas daqui estão dispostas a ajudar seus vizinhos	Pessoas nesta vizinhança são muito unidas	Pode-se confiar nas pessoas nesta vizinhança	Pessoas nesta vizinhança não se dão bem umas com as outras	Pessoas nesta vizinhança não compartilham mesmos interesses, objetivos e valores	Presença Capital Social
AC	80,3%	71,7%	71,9%	36,2%	50,2%	60,3%
AL	75,1%	62,7%	63,1%	40,9%	50,1%	51,0%
AM	68,7%	57,2%	60,2%	38,4%	41,3%	44,2%
AP	70,9%	56,9%	61,3%	42,1%	54,0%	45,9%
BA	75,9%	67,8%	67,3%	32,5%	44,7%	47,7%
CE	76,0%	68,7%	71,3%	34,4%	48,1%	53,7%
DF	75,3%	64,3%	71,7%	27,2%	36,8%	45,9%
ES	77,5%	68,6%	67,6%	24,2%	37,1%	55,2%
GO	79,6%	68,1%	73,2%	25,3%	40,8%	50,0%
MA	78,7%	67,7%	68,5%	35,3%	37,6%	52,2%
MG	80,8%	68,0%	74,4%	27,4%	46,2%	56,6%
MS	76,2%	61,3%	71,2%	27,6%	39,4%	47,0%
MT	81,2%	69,3%	75,0%	20,9%	37,0%	49,1%
PA	75,7%	62,5%	67,1%	39,6%	49,8%	44,1%
PB	81,0%	72,9%	74,6%	32,6%	43,4%	50,3%
PE	74,2%	62,9%	67,7%	30,7%	41,6%	46,7%
PI	79,5%	71,6%	73,4%	31,1%	31,4%	56,7%
PR	75,5%	62,6%	73,5%	25,3%	36,0%	50,1%
RJ	75,2%	58,0%	66,0%	30,7%	48,4%	51,5%
RN	76,6%	66,2%	69,5%	35,3%	60,5%	51,4%
RO	78,9%	65,8%	73,5%	26,2%	38,4%	48,0%
RR	68,4%	60,7%	57,7%	17,7%	26,8%	42,8%
RS	81,3%	71,0%	79,2%	31,5%	48,9%	54,4%

SC	83,4%	71,2%	79,4%	24,4%	38,4%	61,1%
SE	72,8%	67,2%	69,2%	38,9%	48,5%	56,1%
SP	73,7%	60,4%	68,1%	30,0%	44,4%	48,9%
TO	83,4%	76,5%	79,9%	13,8%	18,1%	47,4%
BRASIL	76,4%	64,1%	70,1%	30,3%	44,2%	50,8%

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (2013) - Senasp/MJ

A análise da presença de capital social pela localização dos municípios de residência evidenciou que nos municípios localizados no interior existe uma maior presença de capital social e nas capitais é onde a presença é menor. A análise pela distribuição segundo Unidade da Federação evidenciou que a presença de capital social é maior no Acre e em Santa Catarina e é menor em Roraima, Pará e Amazonas.

Cabe salientar que o índice de presença de capital social foi criado utilizando a metodologia likert, ou seja, a partir do somatório dos itens que compõem o índice e, para viabilizar o uso de regressões logísticas binárias, separamos a sociedade em 2 grupos de tamanhos semelhantes (próximo de 50%) segundo a presença alta ou baixa de capital social. O valor apresentado na coluna Presença de Capital Social é o percentual da população que vive num contexto de capital social alto.

Contato Estabelecido com a Polícia

Entre as pessoas que estabeleceram contato com a polícia, ter sido mal atendido, seja no contato de forma geral ou no contato realizado a partir do uso do 190, e ter sido vitimado pela atuação da polícia reduzem a chance da pessoa viver num contexto social onde existe uma maior organização da sociedade no sentido da presença de capital social. Assim, por exemplo, entre aqueles que vivem num contexto de presença da violência com intensidade média, a pessoa que estabeleceu contato com a polícia e foi mal atendido possui 10,6% menos chance de viver num contexto social com presença de capital social e quem foi bem atendido possui 7,4% mais chance de viver num contexto com capital social. No mesmo contexto, quem foi vitimado pela polícia possui 11,9% menos chance de viver num contexto com capital social. Em relação a qualidade do retorno recebido em função do uso do 190, podemos também dizer que ter sido bem atendido promove a organização da sociedade no sentido do capital social. Isto ocorreu no contexto de baixa presença de desordens praticadas por pessoas e média presença de desordens ambientais.

Resta por fim fazer alguns apontamentos gerais: conforme apontado na Tabela 3, num elevado número de contextos, especialmente naqueles marcados pela baixa presença da criminalidade e das desordens ambientais, o contato com a polícia, seja positivo ou negativo,

não trouxe impactos para a organização da sociedade em termos da presença de capital social. Outro aspecto a ser ressaltado é que, conforme era nossa expectativa, pelo menos nos contextos onde encontramos um impacto significativo estatisticamente do contato com a polícia sobre a presença de capital social, quanto maior a presença da violência ou da desordem, maior foi o impacto identificado da atuação da polícia na presença de capital social.

Tabela 3 - Chances de haver capital social em função do contato com a polícia e a qualidade dos serviços prestados

PRESENÇA DA VIOLÊNCIA						
ATUAÇÃO E PRESENÇA DAS FORÇAS DE SEGURANÇA		CATEGORIAS ANALISADAS		PRESENÇA DA VIOLÊNCIA		
DIMENSÕES	ITENS AVALIADOS	REFERÊNCIA	ANALISADA	BAIXA	MÉDIA	ALTA
				β Chances Cap.Soc	β Chances Cap.Soc	β Chances Cap.Soc
ESTABELECEU CONTATO DIRETO COM A POLÍCIA	USO190	Não usou o 190	Usou e foi bem atendido			
	USO190		Usou e foi mal atendido			
	CONTATOESTABELECIDO	Não teve contato com polícia	Teve contato e foi mal atendido		-9,12%	-10,60%
	CONTATOESTABELECIDO		Teve contato e foi bem atendido		7,36%	
	VITIMIZADOPELAPOLICIA	Não	Foi vitimado		-11,93%	
PRESENÇA DE DESORDENS PRATICADAS POR PESSOAS						
ATUAÇÃO E PRESENÇA DAS FORÇAS DE SEGURANÇA		CATEGORIAS ANALISADAS		PRESENÇA DE DESORDENS		
DIMENSÕES	ITENS AVALIADOS	REFERÊNCIA	ANALISADA	BAIXA	MÉDIA	ALTA
				β Chances Cap.Soc	β Chances Cap.Soc	β Chances Cap.Soc
ESTABELECEU CONTATO DIRETO COM A POLÍCIA	USO190	Não usou o 190	Usou e foi bem atendido	10,12%		
	USO190		Usou e foi mal atendido			
	CONTATOESTABELECIDO	Não teve contato com polícia	Teve contato e foi mal atendido	-11,56%		-17,05%
	CONTATOESTABELECIDO		Teve contato e foi bem atendido			
	VITIMIZADOPELAPOLICIA	Não	Foi vitimado		-13,94%	
PRESENÇA DE DESORDENS AMBIENTAIS						
ATUAÇÃO E PRESENÇA DAS FORÇAS DE SEGURANÇA		CATEGORIAS ANALISADAS		PRESENÇA DE DESORDENS		
DIMENSÕES	ITENS AVALIADOS	REFERÊNCIA	ANALISADA	BAIXA	MÉDIA	ALTA
				β Chances Cap.Soc	β Chances Cap.Soc	β Chances Cap.Soc
ESTABELECEU CONTATO DIRETO COM A POLÍCIA	USO190	Não usou o 190	Usou e foi bem atendido		8,05%	
	USO190		Usou e foi mal atendido		7,62%	-11,55%
	CONTATOESTABELECIDO	Não teve contato com polícia	Teve contato e foi mal atendido			-11,29%
	CONTATOESTABELECIDO		Teve contato e foi bem atendido			
	VITIMIZADOPELAPOLICIA	Não	Foi vitimado			-7,40%

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (2013) - Senasp/MJ

Opinião sobre Qualidade Atuação Polícia (independente do contato)

Ter uma boa opinião seja da conduta dos policiais ou da atuação da instituição policial e confiar na polícia são fatores que contribuem para a organização da sociedade no tocante a presença de capital social, sendo que a confiança é o fator identificado como tendo maior impacto. Assim, por exemplo, no contexto de baixa presença da criminalidade, quem confia muito na Polícia Militar tem 54,7% mais chance de viver num contexto marcado pela presença de capital social do que aqueles que não confiam e aqueles que consideram boa a atuação da Polícia Militar tem 35,5% mais chance do que aqueles que consideram a atuação ruim.

Cabe aqui salientar um aspecto importante na compreensão destes resultados: a opinião sobre a atuação da polícia e a confiança independente da pessoa ter tido contato direto com a atuação da polícia ou presenciado a sua atuação. Inclusive, os resultados nos mostram que o impacto destas opiniões e da confiança sobre a organização da sociedade são maiores justamente naqueles contextos onde é baixa a presença da criminalidade, onde presumivelmente a presença e a atuação da Polícia Militar tem menos chance de ocorrer.

Por fim, outra conclusão importante é que, distintamente daquilo que foi encontrado quando analisamos os resultados da dimensão de contato com a polícia, em praticamente todos os contextos analisados, seja com elevada ou baixa presença de criminalidade ou desordem, a opinião sobre a atuação da polícia e a confiança na polícia produziram impactos significativos para a organização da sociedade em termos da presença de capital social. Estes resultados nos mostraram que a opinião pública sobre a polícia constitui um fator mais impactante sobre a organização da sociedade do que o contato efetivo das pessoas com a polícia. Vamos lembrar aqui que um pequeno percentual da população entra em contato com a polícia, enquanto todos têm uma opinião sobre a sua atuação. Na Tabela 4 podemos ver as chances de haver capital social na vizinhança em função da opinião civil sobre a polícia, independentemente de ter feito contato ou não, assim como vemos o nível de violência na vizinhança como fator influente sobre a possibilidade de se desenvolver o capital social.

Tabela 4 - Chances de haver capital social em função da opinião das pessoas sobre a polícia

PRESENÇA DA VIOLÊNCIA						
ATUAÇÃO E PRESENÇA DAS FORÇAS DE SEGURANÇA		CATEGORIAS ANALISADAS		PRESENÇA DA VIOLÊNCIA		
				BAIXA	MÉDIA	ALTA
DIMENSÕES	ITENS AVALIADOS	REFERÊNCIA	ANALISADA	β Chances Cap.Soc	β Chances Cap.Soc	β Chances Cap.Soc
OPINIÃO SOBRE A ATUAÇÃO DA POLÍCIA SEM	CONFIAPM	Não confia	Confia pouco	15,24%	11,86%	13,49%
	CONFIAPM		Confia muito	54,66%	48,94%	48,32%
	OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM	Ruim	Regular	16,12%		

NECESSIDADE DE CONTATO DIRETO	OPINIAOCONDU TAPOLICIAISPM		Boa	27,21%	20,82%	16,89%
	OPINIAOATUAÇÃOPM		Regular	9,36%		8,24%
	OPINIAOATUAÇÃOPM	Ruim	Boa	35,49%	26,27%	25,92%

PRESENÇA DE DESORDENS PRATICADAS POR PESSOAS

ATUAÇÃO E PRESENÇA DAS FORÇAS DE SEGURANÇA		CATEGORIAS ANALISADAS		PRESENÇA DE DESORDENS		
DIMENSÕES	ITENS AVALIADOS	REFERÊNCIA	ANALISADA	BAIXA	MÉDIA	ALTA
				β Chances Cap.Soc	β Chances Cap.Soc	β Chances Cap.Soc
OPINIÃO SOBRE A ATUAÇÃO DA POLÍCIA SEM NECESSIDADE DE CONTATO DIRETO	CONFIAPM	Não confia	Confia pouco	22,35%	8,70%	14,36%
	CONFIAPM		Confia muito	60,64%	52,12%	50,67%
	OPINIAOCONDU TAPOLICIAISPM	Ruim	Regular	17,76%	6,65%	
	OPINIAOCONDU TAPOLICIAISPM		Boa	30,68%	20,83%	16,98%
	OPINIAOATUAÇÃOPM		Regular		9,82%	9,32%
	OPINIAOATUAÇÃOPM		Boa	28,16%	36,49%	30,46%

PRESENÇA DE DESORDENS AMBIENTAIS

ATUAÇÃO E PRESENÇA DAS FORÇAS DE SEGURANÇA		CATEGORIAS ANALISADAS		PRESENÇA DE DESORDENS		
DIMENSÕES	ITENS AVALIADOS	REFERÊNCIA	ANALISADA	BAIXA	MÉDIA	ALTA
				β Chances Cap.Soc	β Chances Cap.Soc	β Chances Cap.Soc
OPINIÃO SOBRE A ATUAÇÃO DA POLÍCIA SEM NECESSIDADE DE CONTATO DIRETO	CONFIAPM	Não confia	Confia pouco	20,03%	13,15%	12,26%
	CONFIAPM		Confia muito	57,53%	53,06%	46,98%
	OPINIAOCONDU TAPOLICIAISPM	Ruim	Regular	17,40%		10,49%
	OPINIAOCONDU TAPOLICIAISPM		Boa	28,10%	17,35%	25,04%
	OPINIAOATUAÇÃOPM		Regular		11,49%	
	OPINIAOATUAÇÃOPM		Boa	28,79%	35,01%	25,52%

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (2013) - Senasp/MJ

Viu a Presença e Atuação da Polícia na Vizinhança

Nossa última dimensão analisada foi o impacto de ver a presença e atuação da polícia na vizinhança sobre a capacidade da comunidade da vizinhança de se organizar. Assim como em relação aos resultados encontrados para a dimensão contato com a polícia, também encontramos pouca significância estatística nas relações de determinação de ver a presença e atuação da polícia na vizinhança sobre organização da sociedade. Contrariando nossa expectativas, identificamos ainda que no contexto de baixa criminalidade, ver a presença de Policiais Militares na ruas reduz em 5% a chance da comunidade se organizar no sentido da presença de capital social e aqueles que vêm pouco a atuação da PM nas ruas da vizinhança tem 8,4% menos chance de viver num contexto de capital social do que aqueles que não viram a atuação.

Conforme apresentado na Tabela 5, nota-se que o fato de as pessoas verem uma atuação elevada da polícia na vizinhança não trouxe nenhum resultado significativo estatisticamente sobre a capacidade da sociedade de se organizar. Estes resultados negativos foram encontrados

especialmente nos contextos de baixa presença da violência e desordens e podemos compreender que decorrem o perfil remediador da atuação da polícia, ou seja, especialmente no contexto de baixa criminalidade, a presença da polícia significa que algo deve estar ocorrendo, pois ela sempre atua como remédio para um evento que já ocorreu.

Tabela 5 - Chances de haver capital social em função da presença e atuação da Polícia na vizinhança

PRESENÇA DA VIOLÊNCIA						
ATUAÇÃO E PRESENÇA DAS FORÇAS DE SEGURANÇA		CATEGORIAS ANALISADAS		PRESENÇA DA VIOLÊNCIA		
				BAIXA	MÉDIA	ALTA
DIMENSÕES	ITENS AVALIADOS	REFERÊNCIA	ANALISADA	β Chances Cap.Soc	β Chances Cap.Soc	β Chances Cap.Soc
VIU A PRESENÇA E ATUAÇÃO DA POLÍCIA	PMNARUA	Não	Sim	-5,02%		
	VEATUAÇÃOOPM	Não viu atuação	Pouco	-8,42%		
	VEATUAÇÃOOPM		Muito			
PRESENÇA DE DESORDENS PRATICADAS POR PESSOAS						
ATUAÇÃO E PRESENÇA DAS FORÇAS DE SEGURANÇA		CATEGORIAS ANALISADAS		PRESENÇA DE DESORDENS		
				BAIXA	MÉDIA	ALTA
DIMENSÕES	ITENS AVALIADOS	REFERÊNCIA	ANALISADA	β Chances Cap.Soc	β Chances Cap.Soc	β Chances Cap.Soc
VIU A PRESENÇA E ATUAÇÃO DA POLÍCIA	PMNARUA	Não	Sim			
	VEATUAÇÃOOPM	Não viu atuação	Pouco	-16,97%		
	VEATUAÇÃOOPM		Muito	-12,66%		
PRESENÇA DE DESORDENS AMBIENTAIS						
ATUAÇÃO E PRESENÇA DAS FORÇAS DE SEGURANÇA		CATEGORIAS ANALISADAS		PRESENÇA DE DESORDENS		
				BAIXA	MÉDIA	ALTA
DIMENSÕES	ITENS AVALIADOS	REFERÊNCIA	ANALISADA	β Chances Cap.Soc	β Chances Cap.Soc	β Chances Cap.Soc
VIU A PRESENÇA E ATUAÇÃO DA POLÍCIA	PMNARUA	Não	Sim			
	VEATUAÇÃOOPM	Não viu atuação	Pouco		-10,67%	
	VEATUAÇÃOOPM		Muito			

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (2013) - Senasp/MJ

Conclusão

Estes resultados nos mostraram claramente que a presença e atuação da Polícia Militar tem impactos efetivos sobre a capacidade da sociedade de se organizar no sentido da presença de capital social. Diante das diferenças nos resultados encontrados para as três dimensões analisadas de atuação da polícia, verificamos ainda que a opinião pública sobre a atuação da polícia e a confiança decorrente desta opinião constituem os fatores mais impactantes na capacidade de organização da sociedade. A simples presença da polícia, seja colocando os policiais nas ruas ou atuando efetivamente, trouxeram impactos pouco significativos e quando isso ocorreu foi no sentido contrário ao esperado. A presença e atuação da polícia sem um contato direto com as pessoas é utilizado por elas como um indicador de que a situação da

criminalidade deve estar ruim, pois a polícia chega no local do crime sempre depois que algo ocorreu. Por fim, cabe destacar que, conforme esperado, a qualidade do contato estabelecido com a polícia pelos clientes dos serviços prestados por ela, também tem um impacto sobre a organização da sociedade, mesmo que com menos força do que o impacto produzido pela opinião pública. Cabe aqui salientar que isto seria de se esperar uma vez que, quando lidamos com a opinião pública, estamos falando de toda a população e, por outro lado, quando falamos de quem usou os serviços prestados pela polícia, estamos falando de um contingente bem menor da população. Assim, identificamos que aqueles que são bem atendidos pela polícia têm maior chance de viverem num contexto social marcado pela presença do capital social e o contrário ocorre se o atendimento é de má qualidade.

IMPACTO DA ATUAÇÃO DA POLÍCIA SOBRE A PRESENÇA DE EFICÁCIA COLETIVA

Em nossa busca pelos impactos da atuação e presença da polícia sobre a eficácia coletiva e tendo como controle a presença de violência e desordens na comunidade, constatamos que a alta confiança na Polícia Militar, uma boa opinião das pessoas sobre a conduta dos policiais militares e uma elevada atuação da PM na vizinhança foram os fatores mais impactantes no sentido de favorecer o desenvolvimento de uma relação de elevada eficácia coletiva na vizinhança. Vale ainda ressaltar que, de forma geral, o serviço de boa qualidade prestado pela polícia, seja emergencial ou demais serviços, e uma boa opinião a respeito dos serviços prestados pela Polícia Militar foram fatores com impacto positivo mas com menor relevância do que aqueles destacados anteriormente.

Antes de dar início a nossa análise dos fatores determinantes da presença de eficácia coletiva numa vizinhança, vamos fazer uma breve análise sobre a presença de eficácia coletiva no Brasil e suas regiões. Nas colunas de 2 a 6 da Tabela 6, podemos ver o percentual de pessoas que concordam com as respectivas afirmações do enunciado a partir do porte do município. Na coluna 7, constata-se a partir do índice de eficácia coletiva gerado, o total de eficácia coletiva existente na vizinhança em função do tamanho do município

Tabela 6 - Presença de Eficácia Coletiva em função do porte municipal

LOCALIZAÇÃO MUNICÍPIO	Matando aula e ficando a toa na rua	Depredando prédios	Faltando com respeito a um adulto	Briga que começou na frente da sua casa	Jovens envolvidos em atividades ilegais	Presença Eficácia Coletiva
CAPITAL	30,9%	46,7%	49,0%	46,2%	40,2%	46,7%
REGIÃO METROPOLITANA	36,1%	48,0%	51,3%	46,7%	41,2%	48,0%
INTERIOR	41,1%	53,8%	55,1%	51,4%	47,9%	53,6%
BRASIL	36,7%	50,3%	52,3%	48,7%	44,0%	50,2%

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (2013) - Senasp/MJ

Cabe salientar que o índice de presença de eficácia coletiva foi criado utilizando a metodologia likert, ou seja, a partir do somatório dos itens que compõem o índice e, para viabilizar o uso de regressões logísticas binárias, separamos a sociedade em 2 grupos de tamanhos semelhantes (próximo de 50%) segundo a presença alta ou baixa de eficácia coletiva. O valor apresentado na coluna Presença de Eficácia Coletiva é o percentual da população que vive num contexto de eficácia coletiva alta.

No Brasil, 36,7% da população afirmou que pode contar com os vizinhos para tomar alguma providência se identificar jovens matando aula e ficando a toa na rua, 50,3% se identificar jovens depredando prédios, 52,3% se identificar jovens faltando com respeito a um

adulto, 48,7% se identificar uma briga que começou na frente da sua casa e 44% se observar jovens envolvidos com atividades ilegais. A análise da presença de eficácia coletiva pela localização dos municípios de residência evidenciou que nos municípios localizados no interior existe uma maior presença de eficácia coletiva e nas capitais é onde a presença é menor. A análise pela distribuição segundo Unidade da Federação evidenciou que a presença de eficácia coletiva é maior em Santa Catarina e no Tocantins e é menor em Sergipe, Distrito Federal e Alagoas. Nas colunas de 2 a 6 da Tabela 7, podemos ver o percentual de pessoas que concordam com as respectivas afirmações do enunciado a partir da UF em que reside. Na coluna 7, constata-se a partir do índice de eficácia coletiva gerado, o total de eficácia coletiva existente em cada estado, assim como o total nacional.

Tabela 7 - Presença de Eficácia Coletiva em função da UF

UF	Matando aula e ficando a toa na rua	Depredando prédios	Faltando com respeito a um adulto	Briga que começou na frente da sua casa	Jovens envolvidos em atividades ilegais	Presença Eficácia Coletiva
AC	35,2%	48,7%	54,0%	54,4%	49,6%	55,2%
AL	32,9%	43,9%	52,8%	39,9%	36,8%	43,9%
AM	35,6%	41,8%	47,9%	44,5%	44,3%	47,7%
AP	32,3%	51,4%	58,2%	54,7%	49,8%	55,6%
BA	37,9%	49,1%	54,7%	47,5%	41,3%	51,0%
CE	32,5%	48,8%	51,5%	44,1%	39,9%	46,7%
DF	32,3%	40,5%	40,0%	42,9%	42,1%	44,6%
ES	45,0%	58,1%	59,0%	53,7%	49,8%	58,5%
GO	40,5%	56,0%	55,2%	55,5%	52,6%	56,6%
MA	38,9%	43,3%	50,6%	44,6%	38,7%	46,7%
MG	44,6%	58,6%	58,8%	57,2%	51,9%	57,2%
MS	42,5%	59,6%	57,1%	54,0%	51,0%	58,5%
MT	39,2%	52,7%	54,5%	51,1%	45,9%	52,8%
PA	34,4%	48,8%	56,7%	51,4%	48,8%	53,5%
PB	40,5%	57,4%	60,4%	49,6%	45,9%	55,3%
PE	37,2%	52,3%	56,9%	48,4%	44,7%	51,7%
PI	36,5%	38,2%	52,0%	46,8%	38,0%	46,7%
PR	41,5%	56,4%	53,1%	51,9%	47,8%	53,9%
RJ	33,6%	46,8%	51,4%	45,4%	37,1%	45,7%
RN	31,0%	53,7%	53,5%	44,0%	42,4%	49,4%
RO	37,1%	55,8%	55,0%	57,7%	50,8%	57,2%
RR	32,9%	45,2%	46,2%	40,9%	49,7%	52,6%
RS	33,8%	51,9%	47,9%	46,3%	44,9%	49,1%
SC	41,2%	59,2%	58,7%	57,3%	54,5%	59,5%
SE	42,8%	43,3%	48,2%	41,1%	39,2%	44,2%
SP	33,8%	46,8%	48,4%	46,7%	41,2%	46,5%

TO	51,6%	58,8%	57,4%	59,7%	55,0%	60,3%
BRASIL	36,7%	50,3%	52,3%	48,7%	44,0%	50,2%

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (2013) - Senasp/MJ

Contato Estabelecido com a Polícia

Entre as pessoas que estabeleceram contato com a polícia, ter sido bem atendido, seja no contato de forma geral ou no contato realizado a partir do uso do 190, aumenta a chance da pessoa viver num contexto social onde existe uma maior organização da sociedade no sentido da presença de eficácia coletiva. Assim, por exemplo, entre aqueles que vivem num contexto de presença da violência com intensidade baixa, a pessoa que estabeleceu contato com a polícia no atendimento emergencial e foi bem atendido possui 22,8% mais chance de viver num contexto social com presença de eficácia coletiva. Cabe ressaltar ainda que ambos os tipos de contato tem intensidade de impacto muito semelhante sobre a eficácia coletiva. Por outro lado, contrariando nossas hipóteses, em alguns contextos de baixa ou média intensidade de incidência de violências e desordens, mesmo ser mal atendido ou ter sido vitimado pela polícia também aumentaram a chance da pessoa viver num contexto de elevada eficácia coletiva.

Resta, por fim, fazer alguns apontamentos gerais: conforme apontado na Tabela 8, vemos que na maior parte dos contextos analisados, especialmente naqueles marcados pela alta presença da criminalidade e das desordens, o contato com a polícia, seja positivo ou negativo, não trouxe impactos para a organização da sociedade em termos da presença de eficácia coletiva. Outro aspecto a ser ressaltado é que, contrariando nossa expectativa, levando em conta os contextos onde encontramos um impacto significativo estatisticamente do contato com a polícia sobre a presença de eficácia coletiva, não identificamos uma relação entre a intensidade deste impacto e o aumento ou diminuição da presença de violência e/ou desordens. Por exemplo, no caso do bom atendimento no 190, as intensidades são maiores estão nos contextos de baixa incidência da violência, alta incidência das desordens praticadas por pessoas e média incidência de desordens ambientais.

Tabela 8 - Chances de haver Eficácia Coletiva em função do contato com a polícia e a qualidade dos serviços prestados

PRESENÇA DA VIOLÊNCIA						
ATUAÇÃO E PRESENÇA DAS FORÇAS DE SEGURANÇA		CATEGORIAS ANALISADAS		PRESENÇA DA VIOLÊNCIA		
DIMENSÕES	ITENS AVALIADOS	REFERÊNCIA	ANALISADA	BAIXA	MÉDIA	ALTA
				β Chances Cap.Soc	β Chances Cap.Soc	β Chances Cap.Soc
	USO190(1)	Não usou o 190	Usou e foi bem atendido	22,79%	13,87%	14,18%

ESTABELECEU CONTATO DIRETO COM A POLÍCIA	USO190(2)		Usou e foi mal atendido	17,92%		
	CONTATOESTABELECIDO	Não teve contato com polícia	Teve contato e foi mal atendido	10,81%		
	CONTATOESTABELECIDO		Teve contato e foi bem atendido	16,50%	27,28%	19,53%
	VITIMIZADOPELAPOLICIA	Não	Foi vitimado			

PRESENÇA DE DESORDENS PRATICADAS POR PESSOAS

ATUAÇÃO E PRESENÇA DAS FORÇAS DE SEGURANÇA		CATEGORIAS ANALISADAS		PRESENÇA DE DESORDENS		
DIMENSÕES	ITENS AVALIADOS	REFERÊNCIA	ANALISADA	BAIXA	MÉDIA	ALTA
				β Chances Cap.Soc	β Chances Cap.Soc	β Chances Cap.Soc
ESTABELECEU CONTATO DIRETO COM A POLÍCIA	USO190	Não usou o 190	Usou e foi bem atendido	14,54%	15,07%	22,18%
	USO190		Usou e foi mal atendido	17,80%	10,67%	
	CONTATOESTABELECIDO	Não teve contato com polícia	Teve contato e foi mal atendido			
	CONTATOESTABELECIDO		Teve contato e foi bem atendido	24,29%	18,54%	21,53%
	VITIMIZADOPELAPOLICIA	Não	Foi vitimado	24,86%		

PRESENÇA DE DESORDENS AMBIENTAIS

ATUAÇÃO E PRESENÇA DAS FORÇAS DE SEGURANÇA		CATEGORIAS ANALISADAS		PRESENÇA DE DESORDENS		
DIMENSÕES	ITENS AVALIADOS	REFERÊNCIA	ANALISADA	BAIXA	MÉDIA	ALTA
				β Chances Cap.Soc	β Chances Cap.Soc	β Chances Cap.Soc
ESTABELECEU CONTATO DIRETO COM A POLÍCIA	USO190	Não usou o 190	Usou e foi bem atendido	19,04%	20,86%	14,56%
	USO190		Usou e foi mal atendido	13,08%	13,47%	
	CONTATOESTABELECIDO	Não teve contato com polícia	Teve contato e foi mal atendido	12,78%		
	CONTATOESTABELECIDO		Teve contato e foi bem atendido	16,79%	17,84%	30,86%
	VITIMIZADOPELAPOLICIA	Não	Foi vitimado	12,60%		

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (2013) - Senasp/MJ

Opinião sobre a Qualidade da Atuação da Polícia (independente do contato)

Ter uma boa opinião seja da conduta dos policiais ou da atuação da instituição policial e confiar na polícia são fatores que contribuem para a organização da sociedade no tocante a presença de eficácia coletiva, sendo que a confiança é o fator identificado como tendo maior impacto, seguido pela boa opinião pública a respeito da conduta dos policiais. Assim, por exemplo, no contexto de baixa presença da criminalidade, quem confia muito na Polícia Militar tem 52% mais chance de viver num contexto marcado pela presença de eficácia coletiva do que aqueles que não confiam e aqueles que consideram boa a conduta dos policiais militares tem 31,6% mais chance do que aqueles que consideram a atuação ruim.

Cabe novamente aqui salientar, como foi feito acima em relação a presença de capital social, um aspecto importante na compreensão destes resultados: a opinião sobre a atuação da polícia e a confiança independente da pessoa ter tido contato direto com a atuação da polícia

ou presenciado a sua atuação. Inclusive, em termos gerais os resultados nos mostram que os impactos específicos da confiança e da boa opinião sobre a conduta dos policiais sobre a organização da sociedade é mais forte justamente naqueles contextos onde é baixa a presença da criminalidade e das desordens, onde presumivelmente a presença e a atuação da Polícia Militar tem menos chance de ocorrer.

Por fim, outra conclusão importante é que, distintamente daquilo que foi encontrado quando analisamos os resultados da dimensão de contato com a polícia, em praticamente todos os contextos analisados, seja com elevada ou baixa presença de criminalidade ou desordem, a opinião sobre a conduta dos policiais e a confiança na polícia produziram impactos significativos para a organização da sociedade em termos da presença de eficácia coletiva. Estes resultados nos mostraram que a opinião pública sobre a polícia constitui um fator mais impactante sobre a organização da sociedade do que o contato efetivo das pessoas com a polícia. Na Tabela 9 podemos ver as chances de haver eficácia coletiva na vizinhança em função da opinião civil sobre a polícia, independentemente de ter feito contato ou não, assim como vemos o nível de criminalidade na vizinhança como fator influente sobre a possibilidade de se desenvolver a eficácia coletiva.

Tabela 9 - Chances de haver Eficácia Coletiva em função da opinião das pessoas sobre a polícia

PRESENÇA DA VIOLÊNCIA						
ATUAÇÃO E PRESENÇA DAS FORÇAS DE SEGURANÇA		CATEGORIAS ANALISADAS		PRESENÇA DA VIOLÊNCIA		
DIMENSÕES	ITENS AVALIADOS	REFERÊNCIA	ANALISADA	BAIXA	MÉDIA	ALTA
				β	β	β
				Chances Cap.Soc	Chances Cap.Soc	Chances Cap.Soc
OPINIÃO SOBRE A ATUAÇÃO DA POLÍCIA SEM NECESSIDADE DE CONTATO DIRETO	CONFIAPM	Não confia	Confia pouco	35,57%	27,14%	14,64%
	CONFIAPM		Confia muito	52,01%	37,01%	40,14%
	OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM	Ruim	Regular	22,26%	19,44%	22,35%
	OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM		Boa	31,61%	31,83%	35,91%
	OPINIAOATUAÇÃOOPM	Ruim	Regular		12,06%	7,53%
	OPINIAOATUAÇÃOOPM		Boa	20,96%	16,65%	25,01%
PRESENÇA DE DESORDENS PRATICADAS POR PESSOAS						
ATUAÇÃO E PRESENÇA DAS FORÇAS DE SEGURANÇA		CATEGORIAS ANALISADAS		PRESENÇA DE DESORDENS		
DIMENSÕES	ITENS AVALIADOS	REFERÊNCIA	ANALISADA	BAIXA	MÉDIA	ALTA
				β	β	β
				Chances Cap.Soc	Chances Cap.Soc	Chances Cap.Soc
OPINIÃO SOBRE A ATUAÇÃO DA POLÍCIA SEM NECESSIDADE DE CONTATO DIRETO	CONFIAPM	Não confia	Confia pouco	36,22%	23,50%	23,19%
	CONFIAPM		Confia muito	56,06%	38,01%	37,23%
	OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM	Ruim	Regular	21,56%	26,34%	16,56%
	OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM		Boa	38,87%	34,79%	26,95%
	OPINIAOATUAÇÃOOPM	Ruim	Regular		7,38%	14,28%
	OPINIAOATUAÇÃOOPM		Boa	13,97%	23,07%	23,46%
PRESENÇA DE DESORDENS AMBIENTAIS						
		CATEGORIAS ANALISADAS		PRESENÇA DE DESORDENS		

ATUAÇÃO E PRESENÇA DAS FORÇAS DE SEGURANÇA				BAIXA	MÉDIA	ALTA
DIMENSÕES	ITENS AVALIADOS	REFERÊNCIA	ANALISADA	β	β	β
				Chances Cap.Soc	Chances Cap.Soc	Chances Cap.Soc
OPINIÃO SOBRE A ATUAÇÃO DA POLÍCIA SEM NECESSIDADE DE CONTATO DIRETO	CONFIAPM	Não confia	Confia pouco	39,56%	30,06%	13,27%
	CONFIAPM		Confia muito	47,04%	51,74%	27,85%
NECESSIDADE DE CONTATO DIRETO	OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM	Ruim	Regular	34,39%	12,75%	23,49%
	OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM		Boa	40,38%	25,49%	38,38%
	OPINIAOATUAÇÃOPM	Ruim	Regular		9,69%	8,94%
	OPINIAOATUAÇÃOPM		Boa	14,10%	23,53%	15,11%

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (2013) - Senasp/MJ

Viu a Presença e Atuação da Polícia

Nossa última dimensão analisada foi o impacto de ver a presença e atuação da polícia na vizinhança sobre a capacidade da comunidade da vizinhança de se organizar em termos de eficácia coletiva. Assim como em relação aos resultados encontrados para a dimensão opinião sobre a qualidade da atuação da polícia, também encontramos elevada significância estatística nas relações de determinação de ver a atuação da polícia na vizinhança sobre organização da sociedade, como apresentado na Tabela 10. Por outro lado, encontramos baixíssima significância nas relações de determinação da presença da polícia na rua (policimento ostensivo) sobre a eficácia coletiva. Assim, por exemplo, no contexto de baixa presença da criminalidade, quem presenciou a elevada atuação da Polícia Militar na vizinhança tem 28,3% mais chance de viver num contexto marcado pela presença de eficácia coletiva do que aqueles que não viram a atuação. Por fim, resta salientar que a intensidade do impacto de ver a atuação policial sobre a eficácia coletiva é maior nos contextos de baixa incidência de desordens e violências.

Tabela 10 - Chances de haver Eficácia Coletiva em função da presença e atuação da Polícia na vizinhança

PRESENÇA DA VIOLÊNCIA						
ATUAÇÃO E PRESENÇA DAS FORÇAS DE SEGURANÇA		CATEGORIAS ANALISADAS		PRESENÇA DA VIOLÊNCIA		
DIMENSÕES	ITENS AVALIADOS	REFERÊNCIA	ANALISADA	BAIXA	MÉDIA	ALTA
				β	β	β
VIU A PRESENÇA E ATUAÇÃO DA POLÍCIA	PMNARUA	Não	Sim			12,52%
	VEATUAÇÃOPM	Não viu atuação	Pouco	15,67%	6,76%	
	VEATUAÇÃOPM		Muito	28,26%	22,44%	21,13%
PRESENÇA DE DESORDENS PRATICADAS POR PESSOAS						
ATUAÇÃO E PRESENÇA DAS FORÇAS DE SEGURANÇA		CATEGORIAS ANALISADAS		PRESENÇA DE DESORDENS		
DIMENSÕES	ITENS AVALIADOS	REFERÊNCIA	ANALISADA	BAIXA	MÉDIA	ALTA
				β	β	β
VIU A PRESENÇA E ATUAÇÃO DA POLÍCIA	PMNARUA	Não	Sim			
	VEATUAÇÃOPM	Não viu atuação	Pouco	14,78%	10,46%	8,19%

ATUAÇÃO E PRESENÇA DAS FORÇAS DE SEGURANÇA				PRESENÇA DE DESORDENS AMBIENTAIS		
DIMENSÕES	ITENS AVALIADOS	REFERÊNCIA	ANALISADA	PRESENÇA DE DESORDENS		
				BAIXA	MÉDIA	ALTA
	VEATUAÇÃOOPM		Muito	29,84%	30,92%	19,95%
	PMNARUA	Não	Sim			7,80%
	VEATUAÇÃOOPM	Não viu atuação	Pouco	18,08%	9,08%	14,73%
	VEATUAÇÃOOPM		Muito	33,42%	24,36%	30,79%

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (2013) - Senasp/MJ

Conclusão

Em síntese, identificamos que a presença e atuação da Polícia são fatores que impactam diretamente de maneira positiva sobre as chances de os vizinhos desenvolverem uma relação de eficácia coletiva na vizinhança.

Fazendo uma leitura dos resultados obtidos levando em consideração as diferenças nos resultados na determinação do capital social e para a eficácia coletiva, chegamos a algumas conclusões. Primeiro, a dimensão da opinião pública sobre a polícia, em especial a confiança da população na polícia, é o aspecto mais impactante da presença e atuação da polícia sobre tanto o capital social quanto a eficácia coletiva. Segundo, na explicação da presença de capital social, a qualidade do contato efetivado com a polícia e a percepção da presença e atuação da polícia mostraram ser pouco significativos. Mas, neste contexto, identificamos principalmente que: o mal atendimento, a vitimização pela polícia e a percepção de uma reduzida atuação da polícia diminuem a chance do indivíduo residir numa região marcada pela presença do capital social. Terceiro, na explicação da eficácia coletiva, presenciar a atuação da polícia ganha uma elevada importância no sentido de que a atuação da polícia facilita o processo de formação da eficácia coletiva. Neste contexto, identificamos ainda que o bom atendimento, seja no serviço emergencial (190) ou outros serviços, tem importância de grau intermediário de impacto na determinação da presença da eficácia coletiva e que, tanto a presença de policiamento ostensivo na rua quanto a ocorrência de vitimização pela polícia, praticamente não afetam a presença da eficácia coletiva.

A partir destes resultados, podemos conceber que um bom planejamento de atuação da polícia no sentido de promover a organização da sociedade deveria ser pautado, em ordem de importância, nos seguintes fatores: uma política de relações públicas com a comunidade, visando promover a confiança da população na polícia e uma visão positiva sobre a qualidade do serviço prestado pela polícia e sobre a qualidade da conduta dos policiais; uma política de qualificação do efetivo para garantir que a opinião positiva da população sobre a conduta dos policiais seja confirmada nos contatos entre polícia e comunidade; e uma política de gestão dos

serviços executados visando garantir que a opinião positiva da população se confirme, tanto em termos dos resultados alcançados, quanto em termos da promoção de uma maior visualização da sua atuação pela população. Resta destacar ainda que a luta contra a conduta violenta pela polícia ganha mais um motivo, pois como foi demonstrado ela propicia uma redução na organização da sociedade. Além disso, identificamos que o policiamento ostensivo, da forma que é executado hoje, não possui praticamente nenhum impacto sobre a organização da sociedade.

IMPACTO DA AÇÃO DA POLÍCIA E ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE NA INCIDÊNCIA DA CRIMINALIDADE E DESORDEM

Esta análise foi realizada com o objetivo de identificar de que forma a atuação e presença da polícia conjugada com a organização da sociedade impactam na presença de crimes e desordens numa vizinhança. Dentre os tipos de crimes e desordens existentes na vizinhança, optamos por trabalhar com aqueles com maior relevância atribuída pela sociedade. Distribuimos as tipificações em 3 grupos: crimes contra a mulher (violência doméstica contra mulher e violência sexual contra mulher), crimes de relevância social (pessoas se agredindo, pessoas sendo assaltadas e pessoas sendo mortas por arma de fogo) e desordens sociais (pessoas andando com armas de fogo na rua que não fossem policiais ou pessoas autorizadas e pessoas consumindo ou vendendo drogas ilegais).

Crimes de Relevância Social

Na análise sobre os fatores determinantes dos crimes de relevância social (assaltos, agressões e mortes), dado o caráter remediador da atuação da polícia, não foi surpresa verificar que a polícia está presente atuando e prestando seus serviços onde a criminalidade é maior. Nem mesmo o policiamento ostensivo fugiu a esta regra. Este achado nos leva a verificar a existência de uma coexistência entre estes dois fenômenos sociais (a presença da polícia e a presença do crime) uma vez que a ocorrência dos crimes resulta de um conjunto amplo de fatores que na maior parte das vezes ultrapassa a área de competência da ação policial. A polícia atua depois que o crime ocorreu buscando remediar a situação provocada e não atuando sobre suas causas em sentido amplo. Ou seja, apenas a atuação isolada da polícia sobre o crime nunca trará os resultados almejados de promover o fim da criminalidade.

Ainda no âmbito da atuação da polícia identificamos que os únicos dois aspectos que atuaram em sentido preventivo foram a confiança da população na polícia e a opinião positiva da população sobre os serviços prestados pela polícia. Esta dicotomia (preventivo/reactivo) encontrada nestes resultados nos leva a inferir inclusive que a confiança e boa opinião que interfere preventivamente ocorre de preferência onde a polícia não está atuando e prestando seus serviços, que são as regiões com menor incidência criminal.

Por outro lado, no tocante aos impactos da organização da sociedade sobre a incidência criminal, identificamos que a organização no sentido da presença de capital social efetivamente tem um o impacto de controlar a atuação do criminoso, reduzindo a incidência criminal. No entanto, este mesmo tipo de relação não foi encontrada para a eficácia coletiva, pois

identificamos que a criminalidade é maior onde a eficácia coletiva está mais presente. Daí surgem duas explicações possíveis: a atuação da comunidade promovida pela eficácia coletiva não está conseguindo promover os resultados almejados ou está assumindo um caráter mais remediador do que preventivo ao deixar de enfrentar as causas da conduta criminosa.

Por fim, em âmbito geral, vale salientar um aspecto que abre espaço para uma perspectiva preventiva da atuação da polícia na execução do seu trabalho. Nos três crimes analisados, ter sido bem atendido, seja no atendimento emergencial ou nos demais serviços, leva a uma redução na chance da pessoa viver numa região onde ocorra os crimes analisados. Por exemplo, em relação à agressão, quem foi bem atendido no serviço emergencial tem 16% mais chance de residir numa região onde ocorra agressões do que quem não usou este serviço, mas este percentual sobe para 31% entre aqueles que foram mal atendidos. Neste contexto, podemos concluir que, diante dos inúmeros fatores determinantes da ocorrência dos crimes, sendo que uma boa parte deles não estão no campo de responsabilidade e competência da atuação da polícia, a ação da polícia de boa qualidade reduz a chance de mais crimes ocorrerem e o contrário ocorre quando a ação da polícia é de qualidade ruim.

Em relação aos três crimes analisados, os fatores que mais se destacaram em sentido de promoverem a incidência criminal, em ordem do mais forte para o menos forte, foram a elevada atuação da polícia (caráter remediador da atuação policial), a qualidade ruim de atendimento emergencial, a presença da violência policial e, por fim, a qualidade ruim dos serviços prestados pela polícia. Por outro lado, os fatores que mais se destacaram em sentido preventivo foram, no contexto das agressões a presença de capital social, no contexto dos assaltos e das mortes a crença da população na boa qualidade dos serviços prestados pela polícia. Cabe, no entanto, cabe salientar que esta boa crença na qualidade dos serviços termina nos jogando novamente no âmbito da importância da organização da sociedade civil, pois é um dos fatores centrais na promoção desta organização.

Encerraremos esta análise com a leitura de alguns resultados da Tabela 11. Verificamos que a pessoa que reside numa região com elevada presença de capital social tem 58% menos chance de ter agressões ocorrendo na vizinhança do que aquelas que residem numa região com baixa presença de capital social. Por outro lado, quem reside numa região com elevada presença de atuação da polícia tem 149% mais chance de ter agressões ocorrendo na vizinhança do que aquelas que residem onde a polícia não está atuando.

Tabela 11 - Fatores determinantes dos crimes de relevância social

SEÇÃO	FATORES DETERMINANTES	CATEGORIAS DE ANÁLISE	Chances de haver na vizinhança		
			Pessoas se agredindo	Pessoas sendo assaltadas	Pessoas mortas por arma de fogo
CONTATO ESTABELECIDO COM A POLÍCIA	QUALIDADE ATENDIMENTO EMERGENCIAL 190	BOA	16,28%	18,78%	
		RUIM	31,42%	34,66%	24,41%
	QUALIDADE CONTATO ESTABELECIDO COM A POLÍCIA	RUIM	38,38%	31,82%	19,04%
		BOM	26,25%	25,52%	9,97%
	VITIMADO PELA ATUAÇÃO POLÍCIA	SIM	35,02%	6,69%	20,80%
OPINIÃO SOBRE QUALIDADE E ATUAÇÃO DA POLÍCIA	CONFIA NA POLÍCIA MILITAR	POUCO	-10,74%		-21,05%
		MUITO	-30,17%	-11,29%	-39,27%
	OPINIÃO CONDUTA DOS POLICIAIS MILITARES	REGULAR	9,28%		10,99%
BOM		12,90%	6,43%	15,23%	
ATUAÇÃO DA POLÍCIA	OPINIÃO DA ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR	REGULAR	-22,89%	-29,40%	-30,74%
		BOM	-54,39%	-59,17%	-50,45%
VIU A PRESENÇA E ATUAÇÃO DA POLÍCIA	PRESENCIOU ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR	POUCA	70,79%	58,24%	60,61%
		MUITA	149,01%	114,62%	147,44%
	PRESENÇA POLICIAIS MILITARES NA RUA	SIM	9,95%		5,88%
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE	PRESENÇA EFICÁCIA COLETIVA	MÉDIA	9,42%	14,51%	10,67%
		ALTA		9,69%	5,55%
	PRESENÇA CAPITAL SOCIAL	MÉDIA	-21,70%	-10,05%	-11,81%
		ALTA	-57,56%	-31,70%	-31,95%

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (2013) - Senasp/MJ

Violência contra Mulher

As quatro conclusões que chegamos acima em relação à incidência dos crimes de relevância social também foram encontradas aqui na análise da violência contra a mulher. Primeiro, dado o caráter remediador da atuação da polícia, existe uma coexistência de presença da polícia e presença da violência contra a mulher, pois a polícia não consegue sozinha ter controle sobre todos os aspectos que promovem a violência contra a mulher. Ou seja, a polícia está onde o crime está ocorrendo e não consegue sozinha levar a sua redução. Segundo, novamente verificamos que o bom serviço prestado pela polícia reduz a chance das mulheres serem vítimas de violência, mesmo que esta chance ainda permaneça, enquanto que o serviço de qualidade ruim leva ao aumento da chance da mulher ser vítima de violência. Terceiro, o capital social mostrou ser um fator preventivo muito importante para redução da violência contra mulher, enquanto que a eficácia coletiva mostrou ter um impacto em sentido oposto ao desejado. Quarto, a confiança na polícia e a crença na boa qualidade dos serviços prestados pela polícia continuaram sendo os únicos aspectos relacionados à atuação policial que agem preventivamente para redução da violência contra mulher.

Os fatores que mais se destacaram em sentido de promover a violência sexual contra mulheres, em ordem do mais forte para o menos forte, foram a elevada atuação da polícia (caráter remediador da atuação policial) e a presença da violência policial. No sentido de promover a violência doméstica e familiar contra mulheres foram, também a elevada atuação da polícia e a má qualidade do atendimento emergencial (190). Por outro lado, os fatores que mais se destacaram em sentido preventivo foram, no contexto da violência sexual a crença na boa qualidade dos serviços da polícia e no contexto da violência doméstica e familiar a presença do capital social.

Encerraremos esta análise com a leitura de alguns resultados da tabela abaixo. Conforme apresentado na Tabela 12, verificamos que a pessoa que reside numa região com elevada presença de capital social tem 51% menos chance de ter violência doméstica e familiar contra a mulher ocorrendo na vizinhança do que aquelas que residem numa região com baixa presença de capital social. Por outro lado, quem reside numa região com elevada presença de atuação da polícia tem 118% mais chance de ter violência doméstica e familiar contra a mulher ocorrendo na vizinhança do que aquelas que residem onde a polícia não está atuando.

Tabela 12 - Fatores determinantes dos crimes contra a mulher

SEÇÃO	FATORES DETERMINANTES	CATEGORIAS DE ANÁLISE	Chances de haver na vizinhança	
			VDF contra mulheres	Violência sexual contra mulheres
CONTATO ESTABELECIDO COM A POLÍCIA	QUALIDADE ATENDIMENTO EMERGENCIAL 190	BOA	25,74%	19,24%
		RUIM	41,84%	24,42%
	QUALIDADE CONTATO ESTABELECIDO COM A POLÍCIA	RUIM	24,61%	20,66%
		BOM	16,16%	13,60%
OPINIÃO SOBRE QUALIDADE ATUAÇÃO DA POLÍCIA	VITIMADO PELA ATUAÇÃO POLÍCIA	SIM	32,74%	33,53%
	CONFIA NA POLÍCIA MILITAR	POUCO	-20,55%	-25,77%
		MUITO	-45,99%	-42,88%
	OPINIÃO CONDUTA DOS POLICIAIS MILITARES	REGULAR	15,04%	22,85%
		BOM	23,23%	41,73%
	OPINIÃO DA ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR	REGULAR	-26,22%	-30,76%
BOM		-49,41%	-49,86%	
VIU A PRESENÇA E ATUAÇÃO DA POLÍCIA	PRESENCIOU ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR	POUCA	48,28%	53,48%
		MUITA	118,15%	136,26%
	PRESENÇA POLICIAIS MILITARES NA RUA	SIM		
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE	PRESENÇA EFICÁCIA COLETIVA	MÉDIA	6,46%	
		ALTA		
	PRESENÇA CAPITAL SOCIAL	MÉDIA	-15,35%	
		ALTA	-51,14%	-37,31%

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (2013) - Senasp/MJ

Desordens Sociais

Ao tratarmos das desordens, concluímos novamente pela validade das quatro conclusões que chegamos acima em relação à incidência dos crimes de relevância social e da violência contra mulher. Primeiro, dado o caráter remediador da atuação da polícia, existe uma coexistência de presença da polícia e presença das desordens, pois a polícia não consegue sozinha ter controle sobre todos os aspectos que promovem as desordens. Ou seja, a polícia está onde a desordem está ocorrendo e não consegue sozinha levar a sua redução. Segundo, novamente verificamos que o bom serviço prestado pela polícia reduz a chance da incidência de desordens, mesmo que esta chance ainda permaneça, enquanto que o serviço de qualidade ruim leva ao aumento da chance de ocorrerem desordens. Terceiro, o capital social mostrou ser um fator preventivo muito importante para redução das desordens, enquanto que a eficácia coletiva mostrou não ter nenhum impacto. Quarto, a confiança na polícia e a crença na boa qualidade dos serviços prestados pela polícia continuaram sendo os únicos aspectos relacionados à atuação policial que agem preventivamente para redução da incidência de desordens.

Tabela 13 - Fatores determinantes dos crimes de desordens

SEÇÃO	FATORES DETERMINANTES	CATEGORIAS DE ANÁLISE	Chances de haver na vizinhança	
			Pessoas andando com arma fogo na rua	Uso e venda de drogas nas ruas
CONTATO ESTABELECIDO COM A POLÍCIA	QUALIDADE ATENDIMENTO EMERGENCIAL 190	BOA	13,97%	28,14%
		RUIM	41,64%	45,11%
	QUALIDADE CONTATO ESTABELECIDO COM A POLÍCIA	RUIM	28,66%	
		BOM	17,71%	7,61%
	VITIMADO PELA ATUAÇÃO POLÍCIA	SIM	32,76%	25,42%
OPINIÃO SOBRE QUALIDADE ATUAÇÃO DA POLÍCIA	CONFIA NA POLÍCIA MILITAR	POUCO	-23,99%	-12,31%
		MUITO	-50,91%	-30,87%
	OPINIÃO CONDUTA DOS POLICIAIS MILITARES	REGULAR	8,41%	8,00%
		BOM	18,22%	9,76%
OPINIÃO DA ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR	REGULAR	-35,36%	-20,15%	
	BOM	-62,98%	-42,87%	
VIU A PRESENÇA E ATUAÇÃO DA POLÍCIA	PRESENCIOU ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR	POUCA	67,18%	60,09%
		MUITA	157,71%	136,28%
	PRESENÇA POLICIAIS MILITARES NA RUA	SIM		12,10%
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE	PRESENÇA EFICÁCIA COLETIVA	MÉDIA		
		ALTA		
	PRESENÇA CAPITAL SOCIAL	MÉDIA	-9,74%	-18,62%
		ALTA	-34,13%	-29,82%

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (2013) - Senasp/MJ

Os fatores que mais se destacaram em sentido de promover a presença nas ruas de pessoas andando com arma de fogo e o uso e venda de drogas, em ordem do mais forte para o

menos forte, foram a elevada atuação da polícia e a má qualidade do atendimento emergencial (190). Por outro lado, o fator que mais se destacou em sentido preventivo foi, a crença na boa qualidade dos serviços da polícia.

Encerraremos esta análise com a leitura de alguns resultados da tabela abaixo. Verificamos que a pessoa que reside numa região com elevada presença de capital social tem 34% menos chance de ver na vizinhança pessoas transitando com arma de fogo do que aquelas que residem numa região com baixa presença de capital social. Por outro lado, quem reside numa região com elevada presença de atuação da polícia tem 157% mais chance de ver na vizinhança pessoas transitando com arma de fogo do que aquelas que residem onde a polícia não está atuando.

CONCLUSÃO

O presente estudo buscou identificar o impacto da sociedade civil organizada juntamente com a atuação das forças de segurança pública na vizinhança, agindo de forma conjunta para mitigar a criminalidade em uma localidade e em segundo plano, almejamos detectar os condicionantes para que se desenvolva a organização da sociedade em uma vizinhança no sentido do capital social e da eficácia coletiva, especialmente os atinentes às questões da segurança pública.

A partir dos resultados apresentados, no que diz respeito aos fatores associados à segurança pública como condicionantes para existência de capital social em uma comunidade, faz-se visível que a atuação e presença da polícia na vizinhança (com destaque para as atuações feitas pela Polícia Militar), a boa qualidade dos serviços prestados pelas forças de segurança e o bom relacionamento entre a população e a polícia são aspectos que favorecem a existência de capital social na comunidade, confirmando nossas expectativas iniciais de forma ampla.

Já no tocante à capacidade de a organização da sociedade aliada às forças de segurança pública ser um mecanismo de controle da criminalidade na vizinhança com participação da comunidade civil, nossas hipóteses não puderam ser totalmente confirmadas. No tocante aos aspectos que confirmam nossas hipóteses destacamos: sobre a atuação e presença da polícia, verificamos que a confiança da população na polícia e a crença na boa qualidade dos serviços executados efetivamente são fatores que levam a reduzida incidência criminal e sobre a organização da sociedade, verificamos que o capital social efetivamente é um fator preventivo da criminalidade, especialmente no contexto da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Por outro lado, não bateram com nossas hipóteses os seguintes aspectos: primeiro, dado o caráter remediador da atuação da polícia - ela dar primazia a esperar ser chamada para atuar sobre aquilo que já ocorreu - e a sua incapacidade de lidar com os múltiplos aspectos que levam a existência dos indivíduos motivados para o cometimento do crime, a atuação e a presença efetiva da polícia sozinha no enfrentamento da criminalidade coexiste com a presença da criminalidade. Segundo, a eficácia coletiva mostrou muito pouco impacto sobre a incidência criminal e, quando isto ocorreu, foi no sentido contrário ao esperado. Ou seja, a eficácia coletiva, assim como a ação da polícia, coexistem com a presença do crime. Salientamos anteriormente que podemos ter duas explicações possíveis, sendo que a segunda deve ser a mais válida: a atuação da comunidade promovida pela eficácia coletiva não está conseguindo alcançar os resultados almejados ou está assumindo um caráter mais remediador do que preventivo e não está direcionada para enfrentar as causas efetivas da conduta criminosa.

Assim sendo, entendemos que os modelos de policiamento ostensivo e reativo no Brasil se mostram em algum sentido, como etapa necessária no processo de estruturação da organização da sociedade para que haja uma organização da sociedade no sentido da implementação do controle social informal sobre a conduta criminosa e de desordem. Sendo que, essa parte do processo apresenta maiores chances de êxito quando empregadas juntamente com um serviço de boa qualidade, uma melhora da imagem policial sob a ótica civil, especialmente nos contextos de baixa presença da criminalidade. Por outro lado, foi possível verificar a limitação desse modelo de policiamento ostensivo e reativo como um mecanismo eficiente para a redução de incidência criminal nas vizinhanças, sendo inclusive menos significativo do que a própria organização da sociedade.

Dessa forma, se apresenta uma percepção de que as políticas de segurança pública no contexto brasileiro, podem alcançar maiores avanços no processo de mitigação da criminalidade se combinados os esforços institucionais e relações cívicas para que se opere o controle social informal ativo. Desta forma, vale aqui lembrar que as políticas de segurança pública precisam estar preocupadas com a forma como a sociedade constrói sua opinião sobre a ação da polícia e precisam estar preocupadas com a qualificação do seu efetivo e com a qualidade dos serviços prestados, Esta divisão de trabalho entre polícia e sociedade, promovendo a articulação entre controle social formal e informal, produziria uma outra realidade de segurança pública para o Brasil.

Por fim, resta apenas destacar que as principais limitações do nosso trabalho resultaram da escolha de trabalhar com os dados de Pesquisa Nacional de Vitimização (2013), realizada pelo Ministério da Justiça. Ao mesmo tempo que ganhamos a possibilidade de estarmos produzindo aqui um conhecimento daquilo que ocorre no Brasil, ficamos com o ônus de ter que conviver com as limitações no contexto de operacionalização dos conceitos trabalhados. Fizemos a melhor escolha possível no sentido de operacionalizar os conceitos de capital social, eficácia coletiva e incidência criminal, mas com certeza este processo merece aperfeiçoamentos na medida em que surgirem novas oportunidades. Sobre a questão da incidência criminal vale salientar um problema sobre a dinâmica temporal de articulação dos fatores causa e efeito. Seguindo a lógica de que a presença do capital social diminui a criminalidade, buscamos também identificar se a presença da polícia reduz o crime. Porém, dado o caráter remediador da atuação da polícia, o mais comum é a polícia esperar o crime ocorrer e depois se direcionar para o local onde ocorreu e efetivar suas ações. Assim, surge a coexistência do crime e da ação da polícia. Futuras pesquisas levando em conta informações do presente e do passado poderão corrigir este problema de análise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Sérgio. **Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e a ordem.** Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo.
- COLEMAN, J. **The rational reconstruction of society: 1992 presidential address.** *American Sociological Review*, v.58, nº 1, fev., 1993
- CANO, Ignácio. Sur, Rev. int. **direitos human.** vol.3 no.5 São Paulo Dec. 2006
- COSTA, Arthur Trindade Maranhão and DURANTE, Marcelo Ottoni. **A Polícia e o Medo do Crime no Distrito Federal.** Dados [online]. 2019, vol.62, n.1, e20180032. Epub June 10, 2019.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Anuário brasileiro de segurança pública.** São Paulo, 2022
- HALE, C. (1996). **Fear of Crime: A Review of the Literature.** *International Review of Victimology*.
- MATTOS, Marcio. **Efeitos vizinhança e eficácia coletiva: a relevância do contexto na explicação sociológica.** Soc. estado., Brasília. 2018
- MOLYNEUX, M. **Gender and the silences of social capital: lessons from Latin América.** *Development and Change*, v.33, nº 2, 2002.
- PUTNAM, Robert D. 1993. **The Prosperous Community.** *The American Prospect* 4(13):35–42.
- PUTNAM, Robert D. 2000. **Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community.** New York: Simon & Schuster.
- PUTNAM, Robert. D. **Vamos jogar juntos.** Rio Estudos Especial, maio 2003.
- SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da e BEATO FILHO, Claudio Chaves. **Ecologia social do medo: avaliando a associação entre contexto de bairro e medo de crime.** *Rev. bras. estud. popul.* [online]. 2013
- SKOGAN, W.; HARTNETT, S. **Community policing , Chicago Style.** Oxford: Oxford University Press, 1997.
- SOARES, G. A. D. O sentimento de insegurança: teorias, hipóteses e dados. In: DUARTE, M. S. de B. (Coord.); PINTO, A. S.; CAMPAGNAC, V. (Orgs.). **Pesquisa de condições de vida e vitimização de 2007.** Rio de Janeiro: Rio Segurança, 2008.
- ZALUAR, Alba e RIBEIRO, Ana Paula Alves. **Teoria da eficácia coletiva e violência: o paradoxo do subúrbio carioca.** *Novos estud. - CEBRAP* [online]. 2009, n.84, pp.175-196. ISSN 1980-5403.
- BELLAIR, PAUL E. 1997. “**Social Interaction and Community Crime: Examining the Importance of Neighborhood Networks.**” *Criminology* 35: 677-703.

ANEXOS

Resultado das Regressões Logísticas para Avaliar o Impacto da presença e atuação da polícia sobre as chances de haver organização social na vizinhança (capital social e eficácia coletiva) em distintos contextos de incidência de violência

Nível de Violência na vizinhança: Baixo

Capital Social

Etapas	Variables in the Equation	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 4a	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM			214,251	2	0	
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM(1)	0,152	0,032	22,32	1	0	1,165
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM(2)	0,547	0,041	178,931	1	0	1,727
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM			66,636	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM(1)	0,161	0,027	35,389	1	0	1,175
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM(2)	0,272	0,034	62,225	1	0	1,313
	RELAÇÃOPOLICIA_PMNARUA(1)	-0,05	0,025	4,108	1	0,043	0,951
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM			134,982	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM(1)	0,094	0,031	8,855	1	0,003	1,098
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM(2)	0,355	0,034	107,352	1	0	1,426
	RELAÇÃOPOLICIA_VEATUAÇÃOOPM			9,96	2	0,007	
	RELAÇÃOPOLICIA_VEATUAÇÃOOPM(1)	-0,084	0,027	9,455	1	0,002	0,919
	RELAÇÃOPOLICIA_VEATUAÇÃOOPM(2)	-0,049	0,034	2,07	1	0,15	0,953

Constant

-0,226

0,04

32,728

1

0

0,798

a Variable(s) entered on step 1: RELAÇÃOPOLICIA_USO190, RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO, RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM, RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM, RELAÇÃOPOLICIA_PMNARUA, RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM, RELAÇÃOPOLICIA_VEATUAÇÃOOPM, RELACAOPOLICIA_VITIMIZADOPELAPOLICIA.

Nível de Violência na vizinhança: Baixo

Eficácia coletiva

Etapas	Variables in the Equation	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 2a	RELAÇÃOPOLICIA_USO190			55,369	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_USO190(1)	0,228	0,034	43,862	1	0	1,256
	RELAÇÃOPOLICIA_USO190(2)	0,179	0,041	19,388	1	0	1,196
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO			24,884	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO(1)	0,03	0,045	0,45	1	0,503	1,031
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO(2)	0,165	0,033	24,848	1	0	1,179
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM			168,567	2	0	
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM(1)	0,356	0,033	116,603	1	0	1,427
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM(2)	0,52	0,041	161,333	1	0	1,682
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM			98,864	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM(1)	0,223	0,027	66,633	1	0	1,249
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM(2)	0,316	0,034	84,419	1	0	1,372
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM			46,244	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM(1)	0,058	0,032	3,336	1	0,068	1,06

	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃO(2)	0,21	0,034	36,972	1	0	1,233
	RELAÇÃOPOLICIA_VEATUAÇÃO			83,51	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_VEATUAÇÃO(1)	0,157	0,027	32,947	1	0	1,17
	RELAÇÃOPOLICIA_VEATUAÇÃO(2)	0,283	0,034	68,859	1	0	1,327
	RELACAOPOLICIA_VITIMIZADOPELAPOLICIA(1)	0,082	0,045	3,281	1	0,07	1,085
	Constant	-0,763	0,04	360,545	1	0	0,466

a Variable(s) entered on step 1: RELAÇÃOPOLICIA_USO190, RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO, RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM, RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM, RELAÇÃOPOLICIA_PMNARUA, RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃO, RELAÇÃOPOLICIA_VEATUAÇÃO, RELACAOPOLICIA_VITIMIZADOPELAPOLICIA.

Nível de Violência na vizinhança: Médio

Capital Social

Etapas	Variables in the Equation	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 4a	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO			11,733	2	0,003	
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO(1)	-0,091	0,042	4,652	1	0,031	0,913
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO(2)	0,074	0,034	4,702	1	0,03	1,076
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM			104,792	2	0	
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM(1)	0,119	0,036	10,81	1	0,001	1,126
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM(2)	0,489	0,05	94,267	1	0	1,631
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM			26,663	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM(1)	0,059	0,034	3,026	1	0,082	1,061
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM(2)	0,208	0,042	24,852	1	0	1,231

	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM			59,302	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM(1)	0,019	0,034	0,298	1	0,585	1,019
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM(2)	0,263	0,04	42,817	1	0	1,3
	RELACAOPOLICIA_VITIMIZADOPELAPOLICIA(1)	-0,119	0,042	7,926	1	0,005	0,888
	Constant	-0,278	0,045	38,221	1	0	0,757

a Variable(s) entered on step 1: RELAÇÃOPOLICIA_USO190, RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO, RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM, RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM, RELAÇÃOPOLICIA_PMNARUA, RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM, RELAÇÃOPOLICIA_VEATUAÇÃOOPM, RELACAOPOLICIA_VITIMIZADOPELAPOLICIA.

Nível de Violência na vizinhança: Médio							
Eficácia coletiva							
Etapas	Variables in the Equation	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 3a	RELAÇÃOPOLICIA_USO190			13,184	2	0,001	
	RELAÇÃOPOLICIA_USO190(1)	0,139	0,039	12,914	1	0	1,149
	RELAÇÃOPOLICIA_USO190(2)	0,052	0,04	1,683	1	0,195	1,053
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO			59,046	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO(1)	0,108	0,044	6,163	1	0,013	1,114
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO(2)	0,273	0,036	58,644	1	0	1,314
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM			69,135	2	0	
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM(1)	0,271	0,036	56,672	1	0	1,312
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM(2)	0,37	0,05	54,091	1	0	1,448
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM			60,369	2	0	

	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO CONDUTA POLÍCIA ISPM(1)	0,194	0,034	32,791	1	0	1,215
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO CONDUTA POLÍCIA ISPM(2)	0,318	0,042	57,441	1	0	1,375
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO ATUAÇÃO PM			18,636	2	0	
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO ATUAÇÃO PM(1)	0,121	0,035	12,183	1	0	1,128
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO ATUAÇÃO PM(2)	0,167	0,041	16,812	1	0	1,181
	RELAÇÃO POLÍCIA_VE ATUAÇÃO PM			44,396	2	0	
	RELAÇÃO POLÍCIA_VE ATUAÇÃO PM(1)	0,068	0,033	4,148	1	0,042	1,07
	RELAÇÃO POLÍCIA_VE ATUAÇÃO PM(2)	0,224	0,034	43,198	1	0	1,252
	Constant	-0,608	0,047	164,044	1	0	0,544

a Variable(s) entered on step 1: RELAÇÃO POLÍCIA_USO190, RELAÇÃO POLÍCIA_CONTATO ESTABELECIDO, RELAÇÃO POLÍCIA_CONFIAPM, RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO CONDUTA POLÍCIA ISPM, RELAÇÃO POLÍCIA_PM NARUA, RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO ATUAÇÃO PM, RELAÇÃO POLÍCIA_VE ATUAÇÃO PM, RELACAOPOLÍCIA_VITIMIZADO PE LA POLÍCIA.

Nível de Violência na vizinhança: Alto

Capital social

Etapas	Variables in the Equation	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 5a	RELAÇÃO POLÍCIA_CONTATO ESTABELECIDO			7,527	2	0,023	
	RELAÇÃO POLÍCIA_CONTATO ESTABELECIDO(1)	-0,106	0,04	6,875	1	0,009	0,899
	RELAÇÃO POLÍCIA_CONTATO ESTABELECIDO(2)	0,002	0,039	0,003	1	0,955	1,002
	RELAÇÃO POLÍCIA_CONFIAPM			60,127	2	0	
	RELAÇÃO POLÍCIA_CONFIAPM(1)	0,135	0,037	13,245	1	0	1,144
	RELAÇÃO POLÍCIA_CONFIAPM(2)	0,483	0,062	60,117	1	0	1,621

	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM			19,154	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM(1)	0,002	0,043	0,003	1	0,958	1,002
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM(2)	0,169	0,05	11,216	1	0,001	1,184
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM			27,796	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM(1)	0,082	0,037	4,903	1	0,027	1,086
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM(2)	0,259	0,049	27,761	1	0	1,296
	Constant	-0,538	0,05	115,931	1	0	0,584

a Variable(s) entered on step 1: RELAÇÃOPOLICIA_USO190, RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO, RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM, RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM, RELAÇÃOPOLICIA_PMNARUA, RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM, RELAÇÃOPOLICIA_VEATUAÇÃOOPM, RELACAOPOLICIA_VITIMIZADOPELAPOLICIA.

Nível de Violência na vizinhança: Alto

Eficácia coletiva

	Variables in the Equation	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 1a	RELAÇÃOPOLICIA_USO190			10,361	2	0,006	
	RELAÇÃOPOLICIA_USO190(1)	0,142	0,044	10,264	1	0,001	1,152
	RELAÇÃOPOLICIA_USO190(2)	0,051	0,04	1,587	1	0,208	1,052
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO			26,706	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO(1)	-0,016	0,043	0,134	1	0,715	0,984
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO(2)	0,195	0,041	22,25	1	0	1,216
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM			40,917	2	0	
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM(1)	0,146	0,037	15,726	1	0	1,158

	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM(2)	0,401	0,064	39,316	1	0	1,494
	RELAÇÃOPOLÍCIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM			51,05	2	0	
	RELAÇÃOPOLÍCIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM(1)	0,223	0,043	26,97	1	0	1,25
	RELAÇÃOPOLÍCIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM(2)	0,359	0,051	50,496	1	0	1,432
	RELAÇÃOPOLÍCIA_PMNARUA(1)	0,125	0,036	11,789	1	0,001	1,133
	RELAÇÃOPOLÍCIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM			24,646	2	0	
	RELAÇÃOPOLÍCIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM(1)	0,075	0,037	4,125	1	0,042	1,078
	RELAÇÃOPOLÍCIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM(2)	0,25	0,05	24,589	1	0	1,284
	RELAÇÃOPOLÍCIA_VEATUAÇÃOOPM			32,585	2	0	
	RELAÇÃOPOLÍCIA_VEATUAÇÃOOPM(1)	0,042	0,049	0,721	1	0,396	1,043
	RELAÇÃOPOLÍCIA_VEATUAÇÃOOPM(2)	0,211	0,044	23,218	1	0	1,235
	RELACAOPOLÍCIA_VITIMIZADOPELAPOLÍCIA(1)	0,068	0,038	3,189	1	0,074	1,071
	Constant	-0,689	0,061	126,931	1	0	0,502

a Variable(s) entered on step 1: RELAÇÃOPOLÍCIA_USO190, RELAÇÃOPOLÍCIA_CONTATOESTABELECIDO, RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM, RELAÇÃOPOLÍCIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM, RELAÇÃOPOLÍCIA_PMNARUA, RELAÇÃOPOLÍCIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM, RELAÇÃOPOLÍCIA_VEATUAÇÃOOPM, RELACAOPOLÍCIA_VITIMIZADOPELAPOLÍCIA.

Resultado das Regressões Logísticas para Avaliar o Impacto da presença e atuação da polícia sobre as chances de haver organização social na vizinhança (capital social e eficácia coletiva) em distintos contextos de incidência de desordens sociais

Nível de incivildade na vizinhança: Baixo

Capital social

Etapas	Variables in the Equation	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 3a	RELAÇÃOPOLICIA_USO190			6,166	2	0,046	
	RELAÇÃOPOLICIA_USO190(1)	0,101	0,041	5,956	1	0,015	1,107
	RELAÇÃOPOLICIA_USO190(2)	0,04	0,048	0,71	1	0,399	1,041
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO			5,967	2	0,051	
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO(1)	-0,116	0,05	5,424	1	0,02	0,891
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO(2)	0,012	0,04	0,088	1	0,767	1,012
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM			172,421	2	0	
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM(1)	0,223	0,037	36,366	1	0	1,25
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM(2)	0,606	0,048	162,004	1	0	1,834
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM			60,588	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM(1)	0,178	0,032	31,331	1	0	1,194
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM(2)	0,307	0,041	56,78	1	0	1,359
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM			73,949	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM(1)	0,032	0,037	0,789	1	0,374	1,033
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM(2)	0,282	0,04	49,549	1	0	1,325
	RELAÇÃOPOLICIA_VEATUAÇÃOOPM			30,566	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_VEATUAÇÃOOPM(1)	-0,17	0,033	26,875	1	0	0,844
	RELAÇÃOPOLICIA_VEATUAÇÃOOPM(2)	-0,127	0,041	9,773	1	0,002	0,881

	Constant	-0,246	0,045	29,46	1	0	0,782
--	----------	--------	-------	-------	---	---	-------

a Variable(s) entered on step 1: RELAÇÃOPOLICIA_USO190, RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO, RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM, RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM, RELAÇÃOPOLICIA_PMNARUA, RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM, RELAÇÃOPOLICIA_VEATUAÇÃOOPM, RELACAOPOLICIA_VITIMIZADOPELAPOLICIA.

Nível de incivilidade na vizinhança: Baixo

Eficácia coletiva

Etapas	Variables in the Equation	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 2a	RELAÇÃOPOLICIA_USO190			22,818	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_USO190(1)	0,145	0,041	12,564	1	0	1,157
	RELAÇÃOPOLICIA_USO190(2)	0,178	0,048	13,885	1	0	1,195
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO			37,992	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO(1)	0,024	0,05	0,233	1	0,629	1,025
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO(2)	0,243	0,04	37,555	1	0	1,275
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM			143,678	2	0	
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM(1)	0,362	0,038	92,668	1	0	1,436
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM(2)	0,561	0,048	138,877	1	0	1,752
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM			95,575	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM(1)	0,216	0,032	45,749	1	0	1,241
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM(2)	0,389	0,041	91,702	1	0	1,475

	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM			18,641	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM(1)	0,014	0,037	0,153	1	0,695	1,014
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM(2)	0,14	0,04	12,128	1	0	1,15
	RELAÇÃOPOLICIA_VEATUAÇÃOOPM			61,83	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_VEATUAÇÃOOPM(1)	0,148	0,033	20,437	1	0	1,159
	RELAÇÃOPOLICIA_VEATUAÇÃOOPM(2)	0,298	0,041	53,731	1	0	1,348
	RELACAOPOLICIA_VITIMIZADOPELAPOLICIA(1)	0,249	0,052	22,615	1	0	1,282
	Constant	-0,732	0,047	247,573	1	0	0,481

a Variable(s) entered on step 1: RELAÇÃOPOLICIA_USO190, RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO, RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM, RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM, RELAÇÃOPOLICIA_PMNARUA, RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM, RELAÇÃOPOLICIA_VEATUAÇÃOOPM, RELACAOPOLICIA_VITIMIZADOPELAPOLICIA.

Nível de incivildade na vizinhança: Médio

Capital social

Etapas	Variables in the Equation	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 5a	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM			135,158	2	0	
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM(1)	0,087	0,037	5,522	1	0,019	1,091
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM(2)	0,521	0,05	107,719	1	0	1,684
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM			25,247	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM(1)	0,067	0,034	3,83	1	0,05	1,069
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM(2)	0,208	0,042	24,308	1	0	1,232

	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM			92,297	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM(1)	0,098	0,036	7,438	1	0,006	1,103
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM(2)	0,365	0,041	80,146	1	0	1,44
	RELACAOPOLICIA_VITIMIZADOPELAPOLICIA(1)	-0,139	0,045	9,788	1	0,002	0,87
	Constant	-0,281	0,045	39,34	1	0	0,755

a Variable(s) entered on step 1: RELAÇÃOPOLICIA_USO190, RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO, RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM, RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM, RELAÇÃOPOLICIA_PMNARUA, RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM, RELAÇÃOPOLICIA_VEATUAÇÃOOPM, RELACAOPOLICIA_VITIMIZADOPELAPOLICIA

Nível de incivildade na vizinhança: Médio

Eficácia Coletiva

Étapas	Variables in the Equation	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 1a	RELAÇÃOPOLICIA_USO190			17,122	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_USO190(1)	0,151	0,04	14,128	1	0	1,163
	RELAÇÃOPOLICIA_USO190(2)	0,107	0,043	6,055	1	0,014	1,113
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO			24,052	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO(1)	0,031	0,048	0,424	1	0,515	1,032
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO(2)	0,185	0,038	23,865	1	0	1,204
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM			60,347	2	0	
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM(1)	0,235	0,038	39,193	1	0	1,265
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM(2)	0,38	0,051	56,661	1	0	1,462

	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM			80,571	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM(1)	0,263	0,034	58,936	1	0	1,301
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM(2)	0,348	0,043	66,941	1	0	1,416
	RELAÇÃOPOLICIA_PMNARUA(1)	0,053	0,031	2,925	1	0,087	1,054
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM			33,721	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM(1)	0,074	0,036	4,107	1	0,043	1,077
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM(2)	0,231	0,042	30,573	1	0	1,26
	RELAÇÃOPOLICIA_VEATUAÇÃOOPM			73,051	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_VEATUAÇÃOOPM(1)	0,105	0,033	9,926	1	0,002	1,11
	RELAÇÃOPOLICIA_VEATUAÇÃOOPM(2)	0,309	0,036	72,958	1	0	1,362
	RELACAOPOLICIA_VITIMIZADOPELAPOLICIA(1)	0,088	0,046	3,66	1	0,056	1,092
	Constant	-0,719	0,051	201,776	1	0	0,487

a Variable(s) entered on step 1: RELAÇÃOPOLICIA_USO190, RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO, RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM, RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM, RELAÇÃOPOLICIA_PMNARUA, RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM, RELAÇÃOPOLICIA_VEATUAÇÃOOPM, RELACAOPOLICIA_VITIMIZADOPELAPOLICIA.

Nível de incivilidade na vizinhança: Alto

Capital social

Etapas	Variables in the Equation	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 5a	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO			24,73	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO(1)	-0,171	0,035	24,201	1	0	0,843
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO(2)	-0,013	0,03	0,195	1	0,659	0,987

	RELAÇÃO POLÍCIA_CONFIAPM			120,565	2	0	
	RELAÇÃO POLÍCIA_CONFIAPM(1)	0,144	0,031	21,231	1	0	1,154
	RELAÇÃO POLÍCIA_CONFIAPM(2)	0,507	0,047	118,084	1	0	1,66
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO CONDUTA POLICIAISPM			21,549	2	0	
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO CONDUTA POLICIAISPM(1)	0,048	0,033	2,191	1	0,139	1,049
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO CONDUTA POLICIAISPM(2)	0,17	0,039	19,147	1	0	1,185
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO ATUAÇÃO PM			67,353	2	0	
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO ATUAÇÃO PM(1)	0,093	0,03	9,43	1	0,002	1,098
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO ATUAÇÃO PM(2)	0,305	0,038	65,524	1	0	1,356
	Constant	-0,478	0,04	144,875	1	0	0,62

a Variable(s) entered on step 1: RELAÇÃO POLÍCIA_USO190, RELAÇÃO POLÍCIA_CONTATO ESTABELECIDO, RELAÇÃO POLÍCIA_CONFIAPM, RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO CONDUTA POLICIAISPM, RELAÇÃO POLÍCIA_PMNARUA, RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO ATUAÇÃO PM, RELAÇÃO POLÍCIA_VE ATUAÇÃO PM, RELACAOPOLICIA_VITIMIZADOPELAPOLICIA

Nível de incivilidade na vizinhança: Alto

Eficácia coletiva

Etapas	Variables in the Equation	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 3a	RELAÇÃO POLÍCIA_USO190			40,526	2	0	
	RELAÇÃO POLÍCIA_USO190(1)	0,222	0,035	40,526	1	0	1,248
	RELAÇÃO POLÍCIA_USO190(2)	0,056	0,033	2,819	1	0,093	1,058
	RELAÇÃO POLÍCIA_CONTATO ESTABELECIDO			45,498	2	0	
	RELAÇÃO POLÍCIA_CONTATO ESTABELECIDO(1)	0,047	0,036	1,716	1	0,19	1,049

	RELAÇÃO POLÍCIA_CONTATO ESTABELECIDO(2)	0,215	0,032	44,969	1	0	1,24
	RELAÇÃO POLÍCIA_CONFIAPM			77,658	2	0	
	RELAÇÃO POLÍCIA_CONFIAPM(1)	0,232	0,031	56,191	1	0	1,261
	RELAÇÃO POLÍCIA_CONFIAPM(2)	0,372	0,047	63,018	1	0	1,451
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO CONDUTA POLÍCIA ISPM			49,08	2	0	
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO CONDUTA POLÍCIA ISPM(1)	0,166	0,033	25,948	1	0	1,18
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO CONDUTA POLÍCIA ISPM(2)	0,27	0,039	47,987	1	0	1,309
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO ATUAÇÃO PM			41,105	2	0	
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO ATUAÇÃO PM(1)	0,143	0,03	22,347	1	0	1,154
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO ATUAÇÃO PM(2)	0,235	0,038	37,839	1	0	1,264
	RELAÇÃO POLÍCIA_VE ATUAÇÃO PM			43,067	2	0	
	RELAÇÃO POLÍCIA_VE ATUAÇÃO PM(1)	0,082	0,034	5,705	1	0,017	1,085
	RELAÇÃO POLÍCIA_VE ATUAÇÃO PM(2)	0,2	0,031	40,819	1	0	1,221
	Constant	-0,635	0,044	208,993	1	0	0,53

a Variable(s) entered on step 1: RELAÇÃO POLÍCIA_USO190, RELAÇÃO POLÍCIA_CONTATO ESTABELECIDO, RELAÇÃO POLÍCIA_CONFIAPM, RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO CONDUTA POLÍCIA ISPM, RELAÇÃO POLÍCIA_PMNARUA, RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO ATUAÇÃO PM, RELAÇÃO POLÍCIA_VE ATUAÇÃO PM, RELACAOPOLÍCIA_VITIMIZADOPELAPOLÍCIA.

Resultado das Regressões Logísticas para Avaliar o Impacto da presença e atuação da polícia sobre as chances de haver organização social na vizinhança (capital social e eficácia coletiva) em distintos contextos de incidência de desordens ambientais

Nível de desordem ambiental na vizinhança: Baixo

Capital Social

Etapas	Variables in the Equation	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 6a	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM			127,85	2	0	
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM(1)	0,2	0,043	21,982	1	0	1,222
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM(2)	0,575	0,054	115,055	1	0	1,778
	RELAÇÃOPOLÍCIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM			40,588	2	0	
	RELAÇÃOPOLÍCIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM(1)	0,174	0,036	23,055	1	0	1,19
	RELAÇÃOPOLÍCIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM(2)	0,281	0,046	37,33	1	0	1,324
	RELAÇÃOPOLÍCIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM			60,233	2	0	
	RELAÇÃOPOLÍCIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM(1)	0,038	0,042	0,847	1	0,357	1,039
	RELAÇÃOPOLÍCIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM(2)	0,288	0,045	41,159	1	0	1,334
	Constant	-0,19	0,049	14,955	1	0	0,827

a Variable(s) entered on step 1: RELAÇÃOPOLÍCIA_USO190, RELAÇÃOPOLÍCIA_CONTATOESTABELECIDO, RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM, RELAÇÃOPOLÍCIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM, RELAÇÃOPOLÍCIA_PMNARUA, RELAÇÃOPOLÍCIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM, RELAÇÃOPOLÍCIA_VEATUAÇÃOOPM, RELACAOPOLÍCIA_VITIMIZADOPELAPOLÍCIA.

Nível de desordem ambiental na vizinhança: Baixo

Eficácia Coletiva

Etapas	Variables in the Equation	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 3a	RELAÇÃOPOLÍCIA_USO190			20,775	2	0	
	RELAÇÃOPOLÍCIA_USO190(1)	0,19	0,045	17,803	1	0	1,21
	RELAÇÃOPOLÍCIA_USO190(2)	0,131	0,055	5,589	1	0,018	1,14

	RELAÇÃO POLÍCIA_CONTATO ESTABELECIDO			16,876	2	0	
	RELAÇÃO POLÍCIA_CONTATO ESTABELECIDO(1)	0,128	0,058	4,797	1	0,029	1,136
	RELAÇÃO POLÍCIA_CONTATO ESTABELECIDO(2)	0,168	0,044	14,501	1	0	1,183
	RELAÇÃO POLÍCIA_CONFIA PM			95,675	2	0	
	RELAÇÃO POLÍCIA_CONFIA PM(1)	0,396	0,043	84,022	1	0	1,485
	RELAÇÃO POLÍCIA_CONFIA PM(2)	0,47	0,053	78,125	1	0	1,601
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO CONDUTA POLÍCIA ISPM			108,523	2	0	
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO CONDUTA POLÍCIA ISPM(1)	0,344	0,036	89,614	1	0	1,41
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO CONDUTA POLÍCIA ISPM(2)	0,404	0,046	78,14	1	0	1,497
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO ATUAÇÃO PM			13,679	2	0,001	
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO ATUAÇÃO PM(1)	0,025	0,042	0,352	1	0,553	1,025
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO ATUAÇÃO PM(2)	0,141	0,045	9,709	1	0,002	1,151
	RELAÇÃO POLÍCIA_VE ATUAÇÃO PM			67,505	2	0	
	RELAÇÃO POLÍCIA_VE ATUAÇÃO PM(1)	0,181	0,037	24,1	1	0	1,198
	RELAÇÃO POLÍCIA_VE ATUAÇÃO PM(2)	0,334	0,044	58,198	1	0	1,397
	Constant	-0,763	0,052	212,778	1	0	0,466

a Variable(s) entered on step 1: RELAÇÃO POLÍCIA_USO190, RELAÇÃO POLÍCIA_CONTATO ESTABELECIDO, RELAÇÃO POLÍCIA_CONFIA PM, RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO CONDUTA POLÍCIA ISPM, RELAÇÃO POLÍCIA_PMNARUA, RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO ATUAÇÃO PM, RELAÇÃO POLÍCIA_VE ATUAÇÃO PM, RELACAOPOLÍCIA_VITIMIZADOPELAPOLÍCIA.

Nível de desordem ambiental na vizinhança: Médio

Capital Social

Etapas	Variables in the Equation	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 3a	RELAÇÃO POLÍCIA_USO190			8,77	2	0,012	
	RELAÇÃO POLÍCIA_USO190(1)	0,081	0,033	5,938	1	0,015	1,084
	RELAÇÃO POLÍCIA_USO190(2)	0,076	0,035	4,691	1	0,03	1,079
	RELAÇÃO POLÍCIA_CONTATO ESTABELECIDO			4,694	2	0,096	
	RELAÇÃO POLÍCIA_CONTATO ESTABELECIDO(1)	-0,064	0,038	2,824	1	0,093	0,938
	RELAÇÃO POLÍCIA_CONTATO ESTABELECIDO(2)	0,029	0,031	0,86	1	0,354	1,029
	RELAÇÃO POLÍCIA_CONFIA PM			179,125	2	0	
	RELAÇÃO POLÍCIA_CONFIA PM(1)	0,132	0,031	18,469	1	0	1,141
	RELAÇÃO POLÍCIA_CONFIA PM(2)	0,531	0,042	159,914	1	0	1,7
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO CONDUTA POLÍCIA ISPM			26,836	2	0	
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO CONDUTA POLÍCIA ISPM(1)	0,042	0,028	2,157	1	0,142	1,043
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO CONDUTA POLÍCIA ISPM(2)	0,173	0,035	24,291	1	0	1,189
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO ATUAÇÃO PM			113,245	2	0	
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO ATUAÇÃO PM(1)	0,115	0,03	14,915	1	0	1,122
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO ATUAÇÃO PM(2)	0,35	0,034	104,711	1	0	1,419
	RELAÇÃO POLÍCIA_VE ATUAÇÃO PM			14,763	2	0,001	
	RELAÇÃO POLÍCIA_VE ATUAÇÃO PM(1)	-0,107	0,028	14,712	1	0	0,899
	RELAÇÃO POLÍCIA_VE ATUAÇÃO PM(2)	-0,039	0,029	1,745	1	0,187	0,962

	Constant	-0,262	0,039	44,318	1	0	0,77
--	----------	--------	-------	--------	---	---	------

a Variable(s) entered on step 1: RELAÇÃOOPOLICIA_USO190, RELAÇÃOOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO, RELAÇÃOOPOLÍCIA_CONFIAPM, RELAÇÃOOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM, RELAÇÃOOPOLICIA_PMNARUA, RELAÇÃOOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM, RELAÇÃOOPOLICIA_VEATUAÇÃOOPM, RELACAOPOLICIA_VITIMIZADOPELAPOLICIA.

Nível de desordem ambiental na vizinhança: Médio

Eficácia Coletiva

Etapas	Variables in the Equation	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 2a	RELAÇÃOOPOLICIA_USO190			45,614	2	0	
	RELAÇÃOOPOLICIA_USO190(1)	0,209	0,033	39,239	1	0	1,232
	RELAÇÃOOPOLICIA_USO190(2)	0,135	0,035	14,524	1	0	1,144
	RELAÇÃOOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO			34,039	2	0	
	RELAÇÃOOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO(1)	0,013	0,039	0,106	1	0,745	1,013
	RELAÇÃOOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO(2)	0,178	0,031	32,854	1	0	1,195
	RELAÇÃOOPOLÍCIA_CONFIAPM			157,431	2	0	
	RELAÇÃOOPOLÍCIA_CONFIAPM(1)	0,301	0,031	93,952	1	0	1,351
	RELAÇÃOOPOLÍCIA_CONFIAPM(2)	0,517	0,042	150,6	1	0	1,678
	RELAÇÃOOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM			52,131	2	0	
	RELAÇÃOOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM(1)	0,128	0,029	19,904	1	0	1,136
	RELAÇÃOOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM(2)	0,255	0,035	51,929	1	0	1,29
	RELAÇÃOOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM			47,713	2	0	
	RELAÇÃOOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM(1)	0,097	0,03	10,471	1	0,001	1,102

	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃO(2)	0,235	0,035	46,423	1	0	1,265
	RELAÇÃOPOLICIA_VEATUAÇÃO			68,067	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_VEATUAÇÃO(1)	0,091	0,028	10,613	1	0,001	1,095
	RELAÇÃOPOLICIA_VEATUAÇÃO(2)	0,244	0,03	68,067	1	0	1,276
	RELACAOPOLICIA_VITIMIZADOPELAPOLICIA(1)	0,126	0,037	11,356	1	0,001	1,134
	Constant	-0,627	0,04	242,796	1	0	0,534

a Variable(s) entered on step 1: RELAÇÃOPOLICIA_USO190, RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO, RELAÇÃOPOLICIA_CONFIAPM, RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM, RELAÇÃOPOLICIA_PMNARUA, RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃO, RELAÇÃOPOLICIA_VEATUAÇÃO, RELACAOPOLICIA_VITIMIZADOPELAPOLICIA

Nível de desordem ambiental na vizinhança: Alto

Capital Social

Etapas	Variables in the Equation	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 3a	RELAÇÃOPOLICIA_USO190			9,578	2	0,008	
	RELAÇÃOPOLICIA_USO190(1)	-0,039	0,039	0,965	1	0,326	0,962
	RELAÇÃOPOLICIA_USO190(2)	-0,116	0,037	9,538	1	0,002	0,891
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO			7,794	2	0,02	
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO(1)	-0,113	0,041	7,666	1	0,006	0,893
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO(2)	-0,04	0,036	1,254	1	0,263	0,96
	RELAÇÃOPOLICIA_CONFIAPM			82,44	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_CONFIAPM(1)	0,123	0,034	12,762	1	0	1,13

	RELAÇÃO POLÍCIA_CONFIAPM(2)	0,47	0,052	80,2	1	0	1,6
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO CONDUTA POLÍCIA ISPM			34,803	2	0	
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO CONDUTA POLÍCIA ISPM(1)	0,105	0,036	8,676	1	0,003	1,111
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO CONDUTA POLÍCIA ISPM(2)	0,25	0,043	34,258	1	0	1,285
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO ATUAÇÃO PM			41,284	2	0	
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO ATUAÇÃO PM(1)	0,047	0,034	1,971	1	0,16	1,048
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO ATUAÇÃO PM(2)	0,255	0,042	36,817	1	0	1,291
	RELAÇÃO POLÍCIA_VITIMIZADO PE LA POLÍCIA(1)	-0,074	0,037	3,947	1	0,047	0,929
	Constant	-0,568	0,045	161,915	1	0	0,567

a Variable(s) entered on step 1: RELAÇÃO POLÍCIA_USO190, RELAÇÃO POLÍCIA_CONTATO ESTABELECIDO, RELAÇÃO POLÍCIA_CONFIAPM, RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO CONDUTA POLÍCIA ISPM, RELAÇÃO POLÍCIA_PMNARUA, RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO ATUAÇÃO PM, RELAÇÃO POLÍCIA_VE ATUAÇÃO PM, RELACAÇÃO POLÍCIA_VITIMIZADO PE LA POLÍCIA.

Nível de desordem ambiental na vizinhança: Alto

Eficácia Coletiva

Etapas	Variables in the Equation	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 2a	RELAÇÃO POLÍCIA_USO190			14,235	2	0,001	
	RELAÇÃO POLÍCIA_USO190(1)	0,146	0,039	13,742	1	0	1,157
	RELAÇÃO POLÍCIA_USO190(2)	0,061	0,037	2,718	1	0,099	1,063
	RELAÇÃO POLÍCIA_CONTATO ESTABELECIDO			74,337	2	0	
	RELAÇÃO POLÍCIA_CONTATO ESTABELECIDO(1)	0,047	0,04	1,394	1	0,238	1,048
	RELAÇÃO POLÍCIA_CONTATO ESTABELECIDO(2)	0,309	0,036	72,543	1	0	1,362

	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM			30,307	2	0	
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM(1)	0,133	0,034	15,634	1	0	1,142
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM(2)	0,279	0,052	28,442	1	0	1,321
	RELAÇÃOPOLÍCIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM			83,143	2	0	
	RELAÇÃOPOLÍCIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM(1)	0,235	0,035	44,133	1	0	1,265
	RELAÇÃOPOLÍCIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM(2)	0,384	0,043	80,801	1	0	1,468
	RELAÇÃOPOLÍCIA_PMNARUA(1)	0,078	0,031	6,291	1	0,012	1,081
	RELAÇÃOPOLÍCIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM			13,897	2	0,001	
	RELAÇÃOPOLÍCIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM(1)	0,089	0,033	7,26	1	0,007	1,093
	RELAÇÃOPOLÍCIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM(2)	0,151	0,042	12,949	1	0	1,163
	RELAÇÃOPOLÍCIA_VEATUAÇÃOOPM			81,074	2	0	
	RELAÇÃOPOLÍCIA_VEATUAÇÃOOPM(1)	0,147	0,037	15,461	1	0	1,159
	RELAÇÃOPOLÍCIA_VEATUAÇÃOOPM(2)	0,308	0,034	79,787	1	0	1,361
	Constant	-0,802	0,049	262,538	1	0	0,449

a Variable(s) entered on step 1: RELAÇÃOPOLÍCIA_USO190, RELAÇÃOPOLÍCIA_CONTATOESTABELECIDO, RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM, RELAÇÃOPOLÍCIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM, RELAÇÃOPOLÍCIA_PMNARUA, RELAÇÃOPOLÍCIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM, RELAÇÃOPOLÍCIA_VEATUAÇÃOOPM, RELACAOPOLÍCIA_VITIMIZADOPELAPOLÍCIA.

Resultado das Regressões Logísticas para Avaliar o Impacto da presença e atuação da polícia e da sociedade civil organizada sobre as chances de haver crimes e desordens na vizinhança

Chances de haver: Presença na vizinhança de vdf contra mulheres

Etapas	Variables in the Equation	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 2a	RELAÇÃOPOLICIA_USO190			245,516	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_USO190(1)	0,257	0,029	77,743	1	0	1,294
	RELAÇÃOPOLICIA_USO190(2)	0,418	0,028	220,311	1	0	1,519
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO			77,432	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO(1)	0,246	0,031	64,126	1	0	1,279
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO(2)	0,162	0,027	34,704	1	0	1,175
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM			136,071	2	0	
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM(1)	-0,205	0,026	63,601	1	0	0,814
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM(2)	-0,46	0,04	130,757	1	0	0,631
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM			50,993	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM (1)	0,15	0,028	29,21	1	0	1,162
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM (2)	0,232	0,033	49,483	1	0	1,261
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOPM			245,599	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOPM(1)	-0,262	0,025	106,734	1	0	0,769
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOPM(2)	-0,494	0,032	237,98	1	0	0,61
	RELAÇÃOPOLICIA_VEATUAÇÃOPM			2142,031	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_VEATUAÇÃOPM(1)	0,483	0,028	289,563	1	0	1,621

	RELAÇÃOPOLICIA_VEATUAÇÃO(2)	1,182	0,026	2053,344	1	0	3,259
	RELACAOPOLICIA_VITIMIZADOPELAPOLICIA(1)	0,327	0,028	135,196	1	0	1,387
	INDICE.EFIC.COLETIVA			6,496	2	0,039	
	INDICE.EFIC.COLETIVA(1)	0,065	0,026	6,035	1	0,014	1,067
	INDICE.EFIC.COLETIVA(2)	0,019	0,027	0,515	1	0,473	1,02
	INDICE.CAP.SOC.COLETIVO_P146			356,92	2	0	
	INDICE.CAP.SOC.COLETIVO_P146(1)	-0,153	0,026	33,708	1	0	0,858
	INDICE.CAP.SOC.COLETIVO_P146(2)	-0,511	0,027	356,829	1	0	0,6
	Constant	-1,82	0,039	2179,656	1	0	0,162

a Variable(s) entered on step 1: RELAÇÃOPOLICIA_USO190, RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO, RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM, RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM, RELAÇÃOPOLICIA_PMNARUA, RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃO, RELAÇÃOPOLICIA_VEATUAÇÃO, RELACAOPOLICIA_VITIMIZADOPELAPOLICIA, INDICE.EFIC.COLETIVA, INDICE.CAP.SOC.COLETIVO_P146.

Chances de haver: Presença na vizinhança de violência sexual contra mulheres

Etapas	Variables in the Equation	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 3a	RELAÇÃOPOLICIA_USO190			36,026	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_USO190(1)	0,192	0,048	16,412	1	0	1,212
	RELAÇÃOPOLICIA_USO190(2)	0,244	0,045	29,449	1	0	1,277
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO			21,263	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO(1)	0,207	0,048	18,475	1	0	1,23
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO(2)	0,136	0,045	9,208	1	0,002	1,146
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM			53,674	2	0	

	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM(1)	-0,258	0,041	39,569	1	0	0,773
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM(2)	-0,429	0,068	40,041	1	0	0,651
	RELAÇÃOPOLÍCIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM			56,753	2	0	
	RELAÇÃOPOLÍCIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM(1)	0,228	0,049	21,764	1	0	1,257
	RELAÇÃOPOLÍCIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM(2)	0,417	0,056	56,266	1	0	1,518
	RELAÇÃOPOLÍCIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM			97,257	2	0	
	RELAÇÃOPOLÍCIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM(1)	-0,308	0,041	55,959	1	0	0,735
	RELAÇÃOPOLÍCIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM(2)	-0,499	0,054	84,667	1	0	0,607
	RELAÇÃOPOLÍCIA_VEATUAÇÃOOPM			985,946	2	0	
	RELAÇÃOPOLÍCIA_VEATUAÇÃOOPM(1)	0,535	0,053	103,049	1	0	1,707
	RELAÇÃOPOLÍCIA_VEATUAÇÃOOPM(2)	1,363	0,046	872,583	1	0	3,907
	RELACAOPOLÍCIA_VITIMIZADOPELAPOLÍCIA(1)	0,335	0,043	61,285	1	0	1,398
	INDICE.CAP.SOC.COLETIVO_P146			76,011	2	0	
	INDICE.CAP.SOC.COLETIVO_P146(1)	-0,034	0,042	0,656	1	0,418	0,966
	INDICE.CAP.SOC.COLETIVO_P146(2)	-0,373	0,044	72,594	1	0	0,689
	Constant	-3,399	0,066	2640,556	1	0	0,033

a Variable(s) entered on step 1: RELAÇÃOPOLÍCIA_USO190, RELAÇÃOPOLÍCIA_CONTATOESTABELECIDO, RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM, RELAÇÃOPOLÍCIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM, RELAÇÃOPOLÍCIA_PMNARUA, RELAÇÃOPOLÍCIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM, RELAÇÃOPOLÍCIA_VEATUAÇÃOOPM, RELACAOPOLÍCIA_VITIMIZADOPELAPOLÍCIA, INDICE.EFIC.COLETIVA, INDICE.CAP.SOC.COLETIVO_P146

Chances de haver: Presença na vizinhança de pessoas se agredindo fisicamente

Etapas	Variables in the Equation	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 1a	RELAÇÃOPOLICIA_USO190			148,077	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_USO190(1)	0,163	0,027	35,929	1	0	1,177
	RELAÇÃOPOLICIA_USO190(2)	0,314	0,027	138,576	1	0	1,369
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO			224,562	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO(1)	0,384	0,029	177,787	1	0	1,468
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO(2)	0,263	0,025	109,338	1	0	1,3
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM			67,208	2	0	
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM(1)	-0,107	0,024	19,295	1	0	0,898
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM(2)	-0,302	0,037	67,175	1	0	0,74
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM			19,936	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM(1)	0,093	0,025	13,55	1	0	1,097
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM(2)	0,129	0,03	18,092	1	0	1,138
	RELAÇÃOPOLICIA_PMNARUA(1)	0,099	0,022	19,839	1	0	1,105
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM			332,675	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM(1)	-0,229	0,024	92,511	1	0	0,795
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM(2)	-0,544	0,03	332,62	1	0	0,58
	RELAÇÃOPOLICIA_VEATUAÇÃOOPM			3686,509	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_VEATUAÇÃOOPM(1)	0,708	0,026	731,283	1	0	2,03

	RELAÇÃOPOLICIA_VEATUAÇÃO(2)	1,49	0,025	3604,379	1	0	4,437
	RELACAOPOLICIA_VITIMIZADOPELAPOLICIA(1)	0,35	0,027	172,811	1	0	1,419
	INDICE.EFIC.COLETIVA			15,627	2	0	
	INDICE.EFIC.COLETIVA(1)	0,094	0,024	14,961	1	0	1,099
	INDICE.EFIC.COLETIVA(2)	0,034	0,025	1,837	1	0,175	1,035
	INDICE.CAP.SOC.COLETIVO_P146			536,615	2	0	
	INDICE.CAP.SOC.COLETIVO_P146(1)	-0,217	0,025	77,478	1	0	0,805
	INDICE.CAP.SOC.COLETIVO_P146(2)	-0,576	0,025	534,74	1	0	0,562
	Constant	-1,794	0,038	2242,568	1	0	0,166

a Variable(s) entered on step 1: RELAÇÃOPOLICIA_USO190, RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO, RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM, RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM, RELAÇÃOPOLICIA_PMNARUA, RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃO(2), RELAÇÃOPOLICIA_VEATUAÇÃO(2), RELACAOPOLICIA_VITIMIZADOPELAPOLICIA, INDICE.EFIC.COLETIVA, INDICE.CAP.SOC.COLETIVO_P146

Chances de haver: Presença na vizinhança de pessoas sendo assaltadas.

	Variables in the Equation	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 2a	RELAÇÃOPOLICIA_USO190			225,574	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_USO190(1)	0,188	0,024	62,527	1	0	1,207
	RELAÇÃOPOLICIA_USO190(2)	0,347	0,024	203,24	1	0	1,414
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO			218,694	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO(1)	0,318	0,027	143,776	1	0	1,375
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO(2)	0,255	0,022	132,209	1	0	1,291

	RELAÇÃO POLÍCIA_CONFIAPM			28,169	2	0	
	RELAÇÃO POLÍCIA_CONFIAPM(1)	0,021	0,022	0,898	1	0,343	1,021
	RELAÇÃO POLÍCIA_CONFIAPM(2)	-0,113	0,031	13,188	1	0	0,893
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO CONDUTA POLÍCIA ISPM			8,924	2	0,012	
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO CONDUTA POLÍCIA ISPM(1)	0,003	0,021	0,017	1	0,897	1,003
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO CONDUTA POLÍCIA ISPM(2)	0,064	0,026	6,162	1	0,013	1,066
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO ATUAÇÃO PM			548,368	2	0	
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO ATUAÇÃO PM(1)	-0,294	0,021	194,885	1	0	0,745
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO ATUAÇÃO PM(2)	-0,592	0,025	547,725	1	0	0,553
	RELAÇÃO POLÍCIA_VE ATUAÇÃO PM			3056,885	2	0	
	RELAÇÃO POLÍCIA_VE ATUAÇÃO PM(1)	0,582	0,021	767,068	1	0	1,79
	RELAÇÃO POLÍCIA_VE ATUAÇÃO PM(2)	1,146	0,021	3053,677	1	0	3,146
	RELAÇÃO POLÍCIA_VITIMIZADO PE LA POLÍCIA(1)	0,067	0,025	7,066	1	0,008	1,069
	INDICE.EFIC.COLETIVA			47,714	2	0	
	INDICE.EFIC.COLETIVA(1)	0,145	0,021	46,669	1	0	1,156
	INDICE.EFIC.COLETIVA(2)	0,097	0,022	20,167	1	0	1,102
	INDICE.CAP.SOC.COLETIVO_P146			232,29	2	0	
	INDICE.CAP.SOC.COLETIVO_P146(1)	-0,1	0,022	21,532	1	0	0,904

	INDICE.CAP.SOC.COLETIVO_P146(2)	-0,317	0,021	231,594	1	0	0,728
	Constant	-0,959	0,031	966,491	1	0	0,383

a Variable(s) entered on step 1: RELAÇÃOPOLICIA_USO190, RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO, RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM, RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM, RELAÇÃOPOLICIA_PMNARUA, RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM, RELAÇÃOPOLICIA_VEATUAÇÃOOPM, RELACAOPOLICIA_VITIMIZADOPELAPOLICIA, INDICE.EFIC.COLETIVA, INDICE.CAP.SOC.COLETIVO_P146.

Chances de haver: Presença na vizinhança de pessoas sendo mortas por arma de fogo

	Variables in the Equation	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 1a	RELAÇÃOPOLICIA_USO190			88,758	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_USO190(1)	0,013	0,027	0,227	1	0,634	1,013
	RELAÇÃOPOLICIA_USO190(2)	0,244	0,026	85,194	1	0	1,277
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO			48,494	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO(1)	0,19	0,029	43,728	1	0	1,21
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO(2)	0,1	0,025	15,852	1	0	1,105
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM			131,731	2	0	
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM(1)	-0,211	0,024	77,997	1	0	0,81
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM(2)	-0,393	0,036	120,942	1	0	0,675
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM			28,952	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM(1)	0,11	0,025	19,729	1	0	1,116
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM(2)	0,152	0,03	26,3	1	0	1,165
	RELAÇÃOPOLICIA_PMNARUA(1)	0,059	0,022	7,315	1	0,007	1,061

	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM			324,55	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM(1)	-0,307	0,023	172,848	1	0	0,735
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM(2)	-0,505	0,029	304,835	1	0	0,604
	RELAÇÃOPOLICIA_VEATUAÇÃOOPM			3892,993	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_VEATUAÇÃOOPM(1)	0,606	0,026	563,341	1	0	1,833
	RELAÇÃOPOLICIA_VEATUAÇÃOOPM(2)	1,474	0,024	3743,34	1	0	4,368
	RELACAOPOLICIA_VITIMIZADOPELAPOLICIA(1)	0,208	0,027	60,912	1	0	1,231
	INDICE.EFIC.COLETIVA			19,817	2	0	
	INDICE.EFIC.COLETIVA(1)	0,107	0,024	19,798	1	0	1,113
	INDICE.EFIC.COLETIVA(2)	0,055	0,025	5,111	1	0,024	1,057
	INDICE.CAP.SOC.COLETIVO_P146			178,778	2	0	
	INDICE.CAP.SOC.COLETIVO_P146(1)	-0,118	0,024	23,578	1	0	0,889
	INDICE.CAP.SOC.COLETIVO_P146(2)	-0,32	0,024	178,68	1	0	0,726
	Constant	-1,581	0,037	1851,652	1	0	0,206

a Variable(s) entered on step 1: RELAÇÃOPOLICIA_USO190, RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO, RELAÇÃOPOLICIA_CONFIAPM, RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM, RELAÇÃOPOLICIA_PMNARUA, RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM, RELAÇÃOPOLICIA_VEATUAÇÃOOPM, RELACAOPOLICIA_VITIMIZADOPELAPOLICIA, INDICE.EFIC.COLETIVA, INDICE.CAP.SOC.COLETIVO_P146.

Chances de haver: Presença na vizinhança de pessoas andando com arma de fogo que não sejam policiais ou pessoas "autorizadas".

	Variables in the Equation	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 3a	RELAÇÃOPOLICIA_USO190			231,113	2	0	

	RELAÇÃO POLÍCIA_USO190(1)	0,14	0,028	24,071	1	0	1,15
	RELAÇÃO POLÍCIA_USO190(2)	0,416	0,027	230,086	1	0	1,516
	RELAÇÃO POLÍCIA_CONTATO ESTABELECIDO			108,824	2	0	
	RELAÇÃO POLÍCIA_CONTATO ESTABELECIDO(1)	0,287	0,03	92,419	1	0	1,332
	RELAÇÃO POLÍCIA_CONTATO ESTABELECIDO(2)	0,177	0,026	45,066	1	0	1,194
	RELAÇÃO POLÍCIA_CONFIAPM			183,482	2	0	
	RELAÇÃO POLÍCIA_CONFIAPM(1)	-0,24	0,025	92,564	1	0	0,787
	RELAÇÃO POLÍCIA_CONFIAPM(2)	-0,509	0,039	173,82	1	0	0,601
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO CONDUTA POLÍCIA ISPM			33,585	2	0	
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO CONDUTA POLÍCIA ISPM(1)	0,084	0,027	10,046	1	0,002	1,088
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO CONDUTA POLÍCIA ISPM(2)	0,182	0,032	33,294	1	0	1,2
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO ATUAÇÃO OPM			436,25	2	0	
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO ATUAÇÃO OPM(1)	-0,354	0,025	208,275	1	0	0,702
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO ATUAÇÃO OPM(2)	-0,63	0,031	415,515	1	0	0,533
	RELAÇÃO POLÍCIA_VE ATUAÇÃO OPM			4054,98	2	0	
	RELAÇÃO POLÍCIA_VE ATUAÇÃO OPM(1)	0,672	0,027	597,563	1	0	1,958
	RELAÇÃO POLÍCIA_VE ATUAÇÃO OPM(2)	1,577	0,025	3882,462	1	0	4,841
	RELACAOPOLÍCIA_VITIMIZADOPELAPOLÍCIA(1)	0,328	0,027	142,366	1	0	1,388
	INDICE.CAP.SOC.COLETIVO_P146			194,622	2	0	

	INDICE.CAP.SOC.COLETIVO_P146(1)	-0,097	0,026	14,509	1	0	0,907
	INDICE.CAP.SOC.COLETIVO_P146(2)	-0,341	0,024	194,099	1	0	0,711
	Constant	-1,663	0,036	2101,812	1	0	0,19

a Variable(s) entered on step 1: RELAÇÃOPOLICIA_USO190, RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO, RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM, RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM, RELAÇÃOPOLICIA_PMNARUA, RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOATUAÇÃOOPM, RELAÇÃOPOLICIA_VEATUAÇÃOOPM, RELACAOPOLICIA_VITIMIZADOPELAPOLICIA, INDICE.EFIC.COLETIVA, INDICE.CAP.SOC.COLETIVO_P146

Chances de haver: Presença na vizinhança de pessoas consumindo ou vendendo drogas ilegais na rua.

Etapas	Variables in the Equation	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 2a	RELAÇÃOPOLICIA_USO190			389,742	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_USO190(1)	0,281	0,024	140,979	1	0	1,325
	RELAÇÃOPOLICIA_USO190(2)	0,451	0,025	321,25	1	0	1,57
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO			11,57	2	0,003	
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO(1)	0,017	0,027	0,377	1	0,539	1,017
	RELAÇÃOPOLICIA_CONTATOESTABELECIDO(2)	0,076	0,022	11,523	1	0,001	1,079
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM			104,541	2	0	
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM(1)	-0,123	0,022	31,38	1	0	0,884
	RELAÇÃOPOLÍCIA_CONFIAPM(2)	-0,309	0,03	103,773	1	0	0,734
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM			18,662	2	0	
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM(1)	0,08	0,021	14,83	1	0	1,083
	RELAÇÃOPOLICIA_OPINIAOCONDUTAPOLICIAISPM(2)	0,098	0,025	14,706	1	0	1,103
	RELAÇÃOPOLICIA_PMNARUA(1)	0,121	0,019	42,727	1	0	1,129

	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO ATUAÇÃO PM			296,957	2	0	
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO ATUAÇÃO PM(1)	-0,202	0,021	89,385	1	0	0,817
	RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO ATUAÇÃO PM(2)	-0,429	0,025	295,917	1	0	0,651
	RELAÇÃO POLÍCIA_VE ATUAÇÃO PM			4147,85	2	0	
	RELAÇÃO POLÍCIA_VE ATUAÇÃO PM(1)	0,601	0,02	885,525	1	0	1,824
	RELAÇÃO POLÍCIA_VE ATUAÇÃO PM(2)	1,363	0,021	4141,164	1	0	3,907
	RELACAOPOLÍCIA_VITIMIZADOPELAPOLÍCIA(1)	0,254	0,026	94,411	1	0	1,289
	INDICE.CAP.SOC.COLETIVO_P146			250,724	2	0	
	INDICE.CAP.SOC.COLETIVO_P146(1)	-0,186	0,021	75,64	1	0	0,83
	INDICE.CAP.SOC.COLETIVO_P146(2)	-0,298	0,019	238,613	1	0	0,742
	Constant	-0,446	0,03	214,604	1	0	0,64

a Variable(s) entered on step 1: RELAÇÃO POLÍCIA_USO190, RELAÇÃO POLÍCIA_CONTATO ESTABELECIDO, RELAÇÃO POLÍCIA_CONFIA PM, RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO CONDUTA POLÍCIA ISPM, RELAÇÃO POLÍCIA_PMNARUA, RELAÇÃO POLÍCIA_OPINIAO ATUAÇÃO PM, RELAÇÃO POLÍCIA_VE ATUAÇÃO PM, RELACAOPOLÍCIA_VITIMIZADOPELAPOLÍCIA, INDICE.EFIC.COLETIVA, INDICE.CAP.SOC.COLETIVO_P146